



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 111

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 1968

ATA DA 6ª SESSÃO, EM 9
DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

**PRESENCIA DO SR. GILBERTO
MARINHO**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Alvaro Levi
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Pedro Carneiro
Victorino Freire
Luiz de Barros
José Leite
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
Pedro Ludovico
Milton Menezes
BGuido Mondini

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas da sessão e reuniões anteriores.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura das atas da sessão e reuniões anteriores, que são sem debate aprovadas.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República nos seguintes termos:

Mensagem nº 236, de 1968
(Nº 426-68, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º e 83, III, da Constituição, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara número 3.364-65 (no Senado número 33, de 1965) que dispõe sobre a mudança do nome ou do prenome do brasileiro naturalizado, posterior à naturalização e dá outras providências, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face dos motivos que passo a expor:

O processo de alteração ou ratificação de nome ou de prenome de brasileiro naturalizado, por força do Decreto-lei número 5.101, de 17 de dezembro de 1942, tem caráter puramente administrativo, culminando com a

SENADO FEDERAL

aprovação do Senhor Ministro da Justiça.

A modificação que se pretende no Projeto de Lei, transferindo aquela competência para a órbita do Poder Judiciário, viria dificultar sobremaneira o processamento da medida, além de torná-la mais dispendiosa e demorada pela dualidade de interferência, visto que, com se propõe, não desvincularia o Ministério da Justiça que ficaria com a incumbência de apostilar a retificação no seu livro especial de registro.

Em face do exposto, não se pode negar a manifesta inconveniência da proposição que, pelo ônus a acarretar ao processamento da medida, julgo contrária ao interesse público.

São esses os motivos que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, os quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 6 de julho de 1968. —
A. Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a mudança do nome ou do prenome do brasileiro naturalizado, posterior à naturalização e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º A mudança do nome ou do prenome de brasileiro naturalizado, posterior à naturalização, rege-se pelas regras que regem o registro das pessoas naturais e normas de processo civil cabíveis.

Parágrafo único. Independente de autorização do Ministro da Justiça o processo de que trata este artigo.

Artigo 2º A alteração ou retificação judicial no nome ou no prenome do brasileiro naturalizado será comunicada, por ofício ou certidão, entregue ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Ministério da Justiça, a fim de ser acircunstanciada apostilada no livro especial de registro.

Artigo 3º Com a prova do registro de mudança de nome ou do prenome no Ministério da Justiça, a parte interessada promoverá a averbação nos seus registros individuais, inclusive para expedição de nova carteira de identidade.

Artigo 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Restituição de autógrafos de Projeto de lei sancionado:

Nº 237-68 (número de origem 426, de 1968), de 8 de corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei número 86, de 1968, no Senado e número 1.310, de 1968, na Câmara, que dispõe sobre a representação da Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no Conselho de Política Aduaneira, (Projeto que se transformou na Lei número 5.468, de 8 de julho de 1968);

Nº 238-68 (número de origem 427, de 1968), de 8 de corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei número 73, de 1968, no Senado e número 1.220, de 1968, na Câmara, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo (Projeto que se transformou na Lei número 5.469, de 8 de julho de 1968).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofícios do Sr. Ministro das Comunicações, solicitando prorrogação do prazo para resposta dos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 663-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres;

Nº 664-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta dos referidos Requerimentos. (Pausa)

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador José Ermirio

Nº 270-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº 261, de 4-7-68);

De autoria do Senador Aarão Steinbruch

Nº 310-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº 262, de 4-7-68);

Nº 570-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 412, de 8-7-68);

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 312-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº 263, de 4-7-68);

Nº 336-68, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 280-AP-Br, de 2-7-68);

Nº 558-68, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 285-AP-Pr, de 2-7-68);

De autoria do Senador Bezerra Neto

Nº 522-68, enviada pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (Aviso nº 70-68-A).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro dos Transportes, solicitando prorrogação

do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Ns. 565, 568, 582, 622 e 626, de 1958;

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 571, de 1968.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta aos referidos Requerimentos. (Pausa)

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, lemos em jornais dos mais importantes do nosso País que índios do Rio Grande do Sul, usando de armas primitivas, reagiram contra os invasores das suas terras, tentando expulsá-los daquele chão que, de direito, lhes pertencem.

Na última viagem que fizemos ao exterior, representando o Senado Federal, éramos inquiridos sobre o que se propalava, do genocídio de tribos brasileiras. O mundo inteiro tomara conhecimento da mortalidade, do assassinio frio de centenas e centenas daqueles que, proprietários da terra, não podiam nela viver.

Esta revista que tenho em mãos, uma das mais importantes da Europa, publicada na Itália, revelou, ao velho continente, aquilo que se passava e se passava no Brasil em relação aos índios. O enviado especial da revista "Europa" fez uma reportagem estardalenta e as nossas embaixadas foram procuradas para que explicassem o que ocorria no nosso País.

Quando estivemos nos Estados Unidos, encontramos jornais que também faziam referências ao genocídio, a morte violenta, a destruição dos nossos índios. Aqui trago a cópia de alguns artigos publicados num dos grandes jornais norte-americanos.

Também quando chegamos a Hong-Kong encontramos jornais chineses preocupados com o problema, referindo-se a esse fato que nos envergonhou naquele momento e que continua a nos envergonhar. No "Saving China Morning Post" há um artigo sobre os acontecimentos de que a imprensa do mundo inteiro tomou conhecimento: o assassinio, a morte violenta de índios, a destruição de tribos inteiras. E agora, jornais nos revelam o que dizíamos no início da nossa oração: no Rio Grande do Sul, os remanescentes das tribos que vêm sendo perseguidas

EXEMPLAR ÚNICO

Estão extintas tiveram agora que lutar de arco e flecha contra os invasores das terras que lhes sobram.

Recebi de um grupo de jovens índios da Missão Anchieta, em Utiariti, no Estado de Mato Grosso, uma carta que me comoveu.

Tenho mais de vinte anos de vida parlamentar; tenho recebido cartas e telegramas e centenas de cartas e telegramas mas nunca, pelos meus olhos, passou um documento que tanto me houvesse comovido.

Vou ler a carta porque a linguagem e a maneira como está escrita revelam que os termos são mesmo dos índios. (Lendo):

Missão Anchieta Utiariti, 8 de maio de 1968 — Mato Grosso.

Exmo. Sr. Dr. Aurélio Vianna
M do Senador da Guanabara e do Brasil

Bom dia

Nós índios que estamos aqui em Utiariti, índios do rio Cravari, índios do rio Juena, índios do rio Saia, índios do rio Tatui, índios do rio Buriti, índios do Zangui, índios Nhambiquara, Irantxe, Pareci, Caiabi, Rikbar-ta (canaieira), Apiacá e outros nós agora sabemos que você e bom amigo de índio e escreveu uma lei muito boa para ajudar índios. Que terra onde índio mora é de índio que casinha onde índio tem maloca é de índio que seringueira onde índio mora é de índio que mora lá, e assim tudo. Padre Waldemar falou que você escreveu esta lei para ajudar índio. O padre disse também que você é muito bom e grande amigo de índio e de todos os índios do Brasil. Você é muito bom mesmo. Precisamos pedir para você arrumar para Utiariti presentes, cobertores e roupa para índios, machados, facões, enxadas, carrinhos de ferro, foices, um trator e um caminhão para os missionários e uma eletroila com muitos, muitos discos para os índios todos em Utiariti aprender a falar muito bem o português.

Todos nós de Utiariti, índios e missionários, queremos agradecer e dizer muito, muito obrigado a você. Que Deus lhe pague.

E aqui vem a assinatura de algumas crianças de índios.

Por que isto? É que, quando se elaborava a Constituição de 1967, apresentei uma emenda, uma das mais discutidas e que, com grande dificuldade, constou do nosso texto constitucional. Havia uma luta organizada contra a aprovação de nossa Emenda.

As discussões sobre essa emenda se prolongaram, e ela foi aprovada, certa madrugada, depois de debates intensos e, às vezes, acris.

Tenho aqui as notas taquigráficas que dizem da maneira como lutamos para aprovação da nossa emenda, emenda que foi elaborada com o auxílio, e depois das denúncias que alguns elementos que pertenciam ao extinto Serviço Nacional de Proteção aos Índios me fizeram, evidenciando a gravidade da situação. Denunciaram-me o assassinio frio de inúmeros índios, de meninhas que eram como que escravizadas; de moças que eram levadas a servirem de prostitutas em certas fazendas de alguns dos nossos grandes Estados; das terras que eram invadidas; das surras que muitos índios levavam de certos fazendeiros que, muitas vezes, atuavam protegidos por governadores de Estado, por prefeitos municipais, por chefes políticos poderosos. E, o que é mais importante, alguns daqueles funcionários do Serviço Nacional de Proteção aos Índios foram punidos porque se confundiram e misturaram o joio com o trigo.

Um dia destes tive oportunidade de falar com um homem de grande responsabilidade neste País, dizendo-lhe justamente da injustiça cometida contra alguns funcionários que, na verdade, deram os índios, e ci-

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

guns dos quais me trouxeram aquelas informações que serviram de base — e não somente de motivação — à defesa da emenda que apresentei a Constituição e que foi aprovada nestes termos: (le)

“É a segurada ao indígena a posse permanente das terras que habita e reconhecido o seu direito a usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”.

Não havia na Constituição anterior um texto como este.

O Governo só não detendera o interesse dos legítimos possuidores da terra do Brasil se não quiser. Possuía um instrumento hábil, que é a Constituição Federal para dar proteção a estes filhos da terra, que continuam a sofrer os maiores vexames, as maiores injustiças como se fossem uma coisa, não tivessem alma, não tivessem espírito, não raciocinassem, não possuíssem aquele direito, que todos nós defendemos, a vida. E em pleno Rio Grande do Sul são invadidas as suas terras. E eles, em desespero, apela para os arcos e as flechas e resistem como se fossem o último tamanho daquele quadro celeste que um dos maiores pintores deste País deixou para a posteridade.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Quando eu era Interventor Federal no Estado de Goiás, baixei um decreto doando aos índios cerca de trinta mil hectares de terra. No ano da mesma forma em relação a outros índios, os javas e os xavantes, porque eram nomades. Aproveitei a oportunidade do aparte para dizer a V. Exa. que conheci vários funcionários do Serviço Nacional de Proteção aos Índios. Quase todos eles andavam corretamente, viviam naquele sertão sacrificando-se sem médicos, sem remédios e procediam mais ou menos corretamente. Nunca soube, pelo menos no meu Estado, de ninguém que andasse procedendo mal em relação aos índios. De maneira que acho uma certa injustiça neste castigo que se aplica a todos os funcionários do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, não se aqueles que dedicaram os corpos públicos, aqueles que ficaram com dinheiro destinado ao Serviço de Proteção aos Índios. Portanto, penso que V. Exa. tem razão na sua afirmativa porque no meu Estado, aqueles funcionários, todos eles, procediam mais ou menos corretamente.

O Sr. AURELIO VIANNA — E V. Exa., Senador Pedro Ludovico, procurou sempre fazer justiça. Nunca se colocou ao lado do mais forte para destruir os interesses dos mais fracos. Daí o prestígio de que Vossa Excelência continua gozando em todo o seu Estado, e daí a admiração que todo o Brasil lhe devota.

Quando V. Exa. doou aquelas terras devolutas do Estado aquelas tribos, V. Exa. lhes reconheceu um direito, apenas lhes reconheceu um direito. Mas, neste “apenas” há um mundo de nobreza, de atitudes conseqüentes, que fizeram com que Vossa Excelência, no passado, como no pre-

sente, fosse sempre credor da estima do seu povo e do respeito dos seus adversários. Se todos procedessem assim, não estaria este País se defrontando com um problema que se torna universal, abordado por uma revista como esta, publicada na Europa — das maiores revistas editadas em qualquer parte do mundo, em qualquer continente — que dedicou muitas de suas páginas ao índio brasileiro e denunciou ao mundo o genocídio que se estaria praticando no Brasil, em pleno século XX. Todos sabem que nós somos humanistas. Por isso a Europa e todo o mundo precisam saber que esse assassinio frio, essa destruição dos tribos é fruto do orgulho e do amor próprio de um grupo, felizmente, pequeno neste País, mas, infelizmente, muito poderoso.

Ora, Sr. Presidente, eu não soubo, ainda, das providências tomadas para a proteção dos índios. Confio no Ministro do Interior, o General Albuquerque Lima. Certa vez, conversei com este oficial superior do nosso Exército e tive dele uma impressão altamente favorável e positiva. Desejo, pois, desta tribuna, pronunciar algumas palavras que, espero, cheguem aos seus ouvidos. Houve funcionários punidos, e a punição lhes foi justamente aplicada. E se o direito de defesa lhes foi reconhecido, como deve ter sido, então, a pena deve ter sido a mais justa possível. Mas houve funcionários, aos quais V. Exa., Senador Pedro Ludovico, acaba de se referir e alguns dos quais eu conheço, punidos, e que, nesta Casa, por ocasião da Grande Comissão Mista que estudava o projeto de Constituição, transformado na Carta Magna de 1967, passaram dias e noites fornecendo, a Deputados e a Senadores, argumentos a fim de que, na Carta Maior do Brasil, fosse colocado um artigo que preservasse os direitos inalienáveis dos índios à posse da terra.

Sr. Presidente, na verdade, os jornais continuam publicando que estamos ameaçados do estado-de-sítio. E quando um Deputado que dizem ser representante de uma facção militar e mais dura, para não dizer autoritário, levanta a sua voz para falar, ou aqueles que nós não podemos aceitar sobre a Justiça brasileira, usando de expressões que merecem a justa repulsa até de correçãoários seus como, por exemplo, de um homem de tabutira moral e da coragem civil do nosso adversário, Deputado Brito Velho; quando aquele Deputado, dando entrevistas e entrevistas que, de algum modo, afirmam o Brasil, quando os estudantes se comportam bem numa passeata ao invés de uma palavra que se traduza em segurança, nós ouvimos que está eminente a decretação do estado-de-sítio. Este, num sistema de Governo constitucional, num sistema de Governo que ainda não chegou à ditadura plena representa medida de excepcional gravidade, porque recria, temporariamente, do cidadão brasileiro, certas prerrogativas que a Carta Maior, isto é, a Constituição lhe outorga.

Senhor Presidente, é quase extrahável estarmos falando, neste mo-

mento sobre assunto desta natureza: o problema do índio, os seus direitos postergados, a metança, a sua alienação, a sua destruição, até por águas envenenadas, pelos que se dizem civilizados. Mas o Congresso Nacional existe para isto mesmo, e é bom que façamos, exigindo medidas de proteção aos nossos irmãos índios, principalmente porque eles não votam e, pelo menos, não se diria que se estamos abordando assunto desta importância para nós, desta relevância, é porque estaríamos tentando conquistar os votos dos índios. Mesmo se votassem quem afirmaria que em 1970... Deixemos esta parte. Ninguém sabe o que vai acontecer até 1970.

Mas, Senhor Presidente, eu dizia que tenho esperança no atual Titular do Ministério do Interior, o General Albuquerque Lima, um nordestino culto, inteligente, sagaz e que ama a sua terra e a sua Pátria. Pois é isto que temos sabido daqueles que mais intimamente convivem com esse oficial superior das nossas Forças Armadas. Pois nós esperamos que Sua Excelência continue a investigar, o mais depressa possível, as denúncias que vêm sendo feitas. Manda verificar, analisar e se encontrar, entre os detidos, alguns inocentes, que tenha a grandeza de reconhecer o erro cometido pelo seu Ministério e os apressados liberais de qualquer pena e de qualquer acusação.

Senhor Presidente, também estou na esperança de que não venha a ser decretado o estado-de-sítio. Tenho a impressão de que a nação civil terá o seu encontro, com a nação — militar, porque, acima da farda do militar e da roupa do civil, só deve existir uma alma, a alma de brasileiro e um desejo, o de bem servir à Pátria comum. Todos esses acontecimentos estão a revelar que deve ser estudada a situação deste País pelos detentores do poder. Que se encontre uma solução contra os radicalistas de todas as áreas, porque os temos em todos os setores. Que possamos sair da crise econômica em que está mergulhado o País, que possamos sair da crise social que está à vista e que se processem as grandes reformas, inclusive esta — a universitária, de que tanto se vem falando.

O Sr. Edmundo Levi — Permite-me Vossa Excelência um aparte.

O Sr. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Edmundo Levi — Vossa Excelência, eminente Senador Aurélio Vianna, citou, desejando que se encontrasse uma solução para o caso, a nação militar e a nação civil. Infelizmente, nobre Senador, isto é uma anomalia que surgiu no Brasil, após 1964. Nunca tínhamos ouvido falar, em nosso país em nação civil e nação militar. O Brasil era uma só Nação: todos irmanados pelo mesmo ideal de grandeza e comunidade, de destinação histórica. Entretanto, porque alguns elementos ambiciosos de mando passaram, talvez, e se entender, como mentores, donos da opinião nacional, criou-se essa coisa que se vai tornando cada vez mais grave: a separação entre o civil e o militar no Brasil. Isto é uma desgraça, isto é uma imbecilidade que poderá trazer as mais graves conseqüências para a própria continuidade histórica do Brasil. De modo que, como expôs V. Excelência, apelando para que se encontrasse uma solução, no sentido de se eliminar essa separação, esse abismo entre civis e militares, só pode merecer o aplauso de todos aqueles que desejam o Brasil — Brasil, não, Brasil de civis ou Brasil de militares. Queremos o Brasil como uma só nação governada com manifestação da sua autodeterminação, sem que pretença, particularmente a homens fardados, ou a homens não-fardados e sim a todos os brasileiros.

O Sr. AURELIO VIANNA — Exatamente, nobre Senador, o que nós propomos a fazer. Não há tradição

na sua educação, pois que 60 por cento dos que chegam a frequentar a primeira série do curso primário não conseguem alcançar o segundo ano.

O Governador Costa e Silva, a começar pelo próprio Presidente, representou, e ousou dizer que ainda representava, uma esperança nacional. Sua ascensão à Presidência teve, indiscutivelmente, aspectos de alívio nacional e, em que pesem os tumultos e os incidentes dos desejos contrariados e as insinuações repelidas, continua a representar o mais sério argumento contra os esforços para subverter, pelo ato ou pela força, o regime constitucional. Convém que esse Presidente e esse Governador, vencendo as maquinações dos maus conselhos e a coação irresistível dos fatos consumados, se afirmem na direta propagação dos anseios com que foram recebidos.

Através-me a pedir ao Marechal Costa e Silva que, assim como o soldado se coloca acima do tempo, pontasse acima dessa política de fatos consumados que já ousaram transferir para o seu próprio gabinete. Indiscutivelmente, a Nação reclama uma nova política educacional. O Governador está certo, em condições de oferecer aos jovens e ao povo, essa política. Nem as passeatas, nem as deturbações, nem os interesses devem prevalecer sobre essa diretiva.

Em problemas muito mais difíceis pela quase impossibilidade de se fazer entender, pela grande maioria, como é o problema salarial, o Governador Federal indiscutivelmente chegou a uma situação muito mais satisfatória. Não há como esconder que, no que poderia ser campo de muito maior e mais explosiva insatisfação, a conduta de um dos ministros do governo, o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, alcançou resultados muito acima da expectativa, não se complementando o chamado "arrêcho salarial", ainda que arrêcho, com o arrêcho policial das repressões violentas a gás, cassetes e tiros. Não estaria aí um exemplo de diálogo, ainda que nem toda a razão esteja ao lado de quem tem que dialogar?

As necessidades de educação não são apenas motivos para juvenil agitação. A solução dessas necessidades é realmente a aspiração nacional, e desejo de cada cidadão em particular. Anos atrás, a educação, a formação dos jovens, não seria tão reclamada. No interior do meu Estado, homens que chegaram à abundância das riquezas materiais, mas continuaram semi-analfabetos, jamais desejariam pra os filhos outra situação. Nem se preocupariam com a educação porque foram, sem nenhuma letra, materialmente afortunados. Para os filhos, a mesma riqueza e a mesma incultura, era o que aspiravam. Mas houve muito mais que uma revolução no

mundo de hoje. Agora, esses semi-analfabetos e analfabetos homens do interior desejam tanto que os filhos sejam abastados como, e principalmente, que frequentem as escolas para não serem incultos. A riqueza material eles próprios cuidam de transferir aos filhos, mas desejam que estes conquistem o conhecimento, a técnica, a cultura de que lhes dão notícia o rádio, os jornais, as revistas, os próprios viajantes neste mundo que já não tem extensões geográficas que separem os povos mas onde ainda se teima em afastar os homens. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Milton Trindade
Sebastião Archer
Dinarte Mariz
Armando Storni

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Presentes apenas 19 Srs. Senadores.

Toda a matéria da pauta da Ordem do Dia depende de votação. Não há quorum regimental. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte:

SESSÃO EM 10 DE JULHO DE 1968
(Quarta-feira)

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 253, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steimbrucher, solicitando transcrição nos Anais do editorial de O Globo, de 27 de junho de 1968.

2

Votação, em turno único do Requerimento nº 862, de autoria do Sr. Senador Aurelio Vianna, solicitando prorrogação, por mais 123 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 76-68 (número 1.280-B de 1968, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, modifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, III, do Regimento Interno), dependendo de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos).

Senhor Professor Renato Woisky, Professor de Pediatria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e indaga de Sua Senhoria se deseja fazer uma exposição oral ou ler seu relatório. O Professor Renato Woisky responde que não trouxe relatório e que prefere que façam perguntas sobre o assunto.

Interrogado demoradamente pelos parlamentares presentes, o Senhor Professor fica de enviar à Comissão vários dados que computará sobre a matéria.

Finalmente o Senhor Presidente agradece a presença do Professor Renato Woisky, determina que as informações que Sua Senhoria enviar sejam incluídas ao processo e que as notas taquigráficas desta reunião sejam anexadas à presente ata para publicação.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SOBRE A SAÚDE, DO USO INDISCRIMINADO DE ADOÇANTES ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, BEM ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

ANEXO DA ATA DA 11ª REUNIÃO. REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 1968, ÀS 21,00 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Senador Milton Campos
Vice-Presidente: Senador José Ermirio

Relator: Deputado Pedrosa Horta
Relator Substituto: Deputado Brito Velho e

Deponente: Professor Renato Woisky, da Cadeira de Pediatria da Faculdade de Ribeirão Preto

Integra do apanhamento Taquigráfico referido na Ata

O SR. PRESIDENTE (Senador Adalberto Sena) — Estão abertos os trabalhos.

Na reunião de hoje, temos a satisfação de ouvir o Professor Renato Woisky, da Cadeira de Pediatria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Tem a palavra o Sr. Professor. O SR. PROFESSOR RENATO WOISKY — Eu preferia que me fizessem perguntas sobre o assunto porque acompanhei mais ou menos esse roteiro e tinha tomado algumas notas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator Substituto) — O método que temos usado — O Sr. Presidente permite — é de propiciar ao deponente a forma que desejar. Alguns têm preferido, e é a regra, fazer uma exposição sistematizada e, depois, se submeter ao interrogatório. Mas quando o deponente deseja ser interrogado primeiro, evidentemente assim é feito. Se V. Sª desejar este método, ou seja o de formular-se pergunta e dar as respostas, evidentemente seguiríamos esse processo.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKY — Então eu faria um apanhado geral. (Pausa)

A finalidade desta Comissão é verificar a periculosidade ou não dos edulcorantes e a possibilidade ou a vantagem de sua substituição pela sacarose.

Como médico de crianças temos como finalidade principal na promoção da saúde da criança, estabelecer um regime normal. Então somos nutricionistas por excelência, e, nestas condições, temos que estabelecer sempre um regime que guarde proporções

mais ou menos adequadas dos vários alimentos, mais ou menos elevadas dessas capitais que são: as proteínas, os hidratos de carbono e as gorduras.

As fontes de hidrato de carbono, em geral, têm que cobrir por volta de 50 a 55% das necessidades calóricas de uma criança; 35% ficam para as gorduras e mais ou menos 12 a 15% para as proteínas.

As fontes de hidrato de carbono são muito fáceis de obter e produzem uma caloria barata e de energia pronta e por isso mesmo, então, se torna muito fácil, muitas vezes, o seu exagero, especialmente em países pobres onde existe outras fontes de proteínas que é uma caloria rica, que é um produto de maior dispêndio se tornar carente em nossa alimentação. Mas desde que o regime seja equilibrado, nós podemos usar como fontes calóricas de hidratos de carbono, todos os elementos que a natureza nos fornece.

Os hidratos de carbono estão fundamentalmente dispersos nas frutas e nos vegetais em geral. As frutas muitas delas, apresentam um hidrato de carbono de fácil absorção, de fácil utilização, praticamente sem metabolização, que é a frutose. Mas tornou-se geral, em todo o mundo a substituição ou a complementação da alimentação da criança, que se tornou fácil de associar-se com a sacarose. Realmente açúcar de cana é produto que vem de eras muito antigas, uma libra de açúcar, de cana ou de beterraba, custava mais ou menos, três shillings, o que corresponderia a NCRs 2 e meio hoje. Mas com a progressiva do apetite da humanidade foi se exigindo sempre mais outros adoçantes progressivos, porque há um certo condicionamento de paladar adocicado. De alguns anos para cá se tem desenvolvido a indústria de adoçantes, especialmente nos países desenvolvidos onde se tem o problema da obesidade (que não é o problema do brasileiro); o do brasileiro é o problema da fome.

É só lembrar que, nos Estados Unidos, até alguns anos atrás, o número de obesos orçava por 6 a 8% da população que já aumentou para doze, e hoje está por volta de 16 a 18%.

De modo que eles têm um problema muito sério que é a redução da obesidade. Para isso é necessário que se estabeleça um regime bem dosado, com a ideal de hidrato de carbono e procurando reduzir, então aqueles que são mais fáceis de serem reduzidos.

Retirar hidrato de carbono de frutas não se pode, porque o indivíduo tem que comer a fruta por que tem necessidade de sais minerais e retirar os hidratos de carbono, de outros vegetais, não se pode. Então, se reduz aquilo que é adicionado. E por isso nestes regimes foi reduzido o hidrato de carbono.

Reconheço que nos viciamos muito com açúcar, tanto que nosso paladar é sempre deturpado desde a infância.

Tenho procurado reduzir é o açúcar no regime das crianças, mas não suprimir porque é tão necessário quanto outros alimentos.

É tão necessário como o amido que vem sob muitas formas, como a carne e outras fontes de proteínas.

O leite materno tem 7% de lactose, temos que combater esta deficiência com açúcar.

Fui o primeiro pediatra neste País — e me envergonho disto — que começou a combater o uso de hidrato de carbono na alimentação da criança, mas não do açúcar, porque o açúcar chega a ser tão adocicado que a criança não aceita.

A farinha é um perigo. Muitas vezes há crianças com excesso de gordura, mas não com excesso de tecido ativo, crianças com robustez excessiva no primeiro ano de vida e que

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que dêse uso decorrem para a economia nacional no setor da Agro-Indústria Canavieira.

ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1968

As vinte e uma horas do dia quinze de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Fernando

Correia e Dylton Costa e os Senhores Deputados Brito Velho, Monsenhor Vieira, Manoel Taveira e Maurício Goulart, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que dêse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Manoel Vilaga, Raul Giuberti, Rui Carneiro e José Ernânio e os Senhores Deputados Pedrosa Horta, Magalhães Melo, Wilson Martins.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o

depois começam a afinar, para deses-
perar das mães.

Nós opatmos usar hidrato de carbono e complexos, não sob a forma de amido, com ns que impingir uma indústria, mas sob forma em que venha também com nova percentagem de proteínas, que é o grão cereal, que é cereal mal esmagado e o nosso milho, sob a forma de fuba, tão conhecido de todos, reduzindo esse amido puro que, no final, vai dar muito mais trabalho à criança e vai se transformar em açúcar do mesmo jeito.

De modo que estou defendendo o meu ponto de vista. Não sou dos que pensam que o abuso de açúcar é feito entre nós, mas nem por isso deve ser proscrito, deve ser condenado.

Queria deixar para o fim um protesto que eu recebi domingo. É um calhamaço, provavelmente de algumas firmas interessadas nisso, procurando condicionar as minhas respostas.

Há cerca de cinco ou seis anos, deixara em casa um cartão de uma certa dona Vera, que eu não conheço, com um relatório. Então estavam as respostas, ali, muito bem feitas, muito bem condicionadas. Fui ver e verifiquei que estavam muito de acordo com este calhamaço aqui mas fazendo algumas afirmações que não são verdadeiras. Mas o "Medical Education", justamente por intermédio de um grande pediatra, Charles Meyer, lançou um artigo que foi uma verdadeira bomba na indústria farmacêutica em geral dos Estados Unidos. O título do artigo era: "Educando os médicos através da propaganda." Então, mostrava como a propaganda era tendenciosa e mostrava até artigos dentro de uma mesma revista em que combinavam certos produtos mostrando o perigo desses produtos no desenvolvimento do feto por exemplo, mostrando que poderiam levá-lo até a certos estados de psico-sexualidade. No entanto, era tirado somente um trechinho para o anúncio, trechinho em que se recomendava aquela produto.

Acredito, portanto, ser falta de ética mandar isso para que eu respondesse aqui. Num dos trechos ali transcritos, diz que a sacarose está sendo pouco difundida, que a sacarose poderia até produzir artério-esclerose.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — O trabalho que V. Exa. recebeu, contendo esses esclarecimentos, é tendencioso?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Realmente, é tendencioso. Basta verificar que nos Estados Unidos, onde se consome muita sacarose, onde as crianças comem muito açúcar, na guerra da Coreia, da qual participaram rapazes de 20 a 21 anos, diz o comentário ser grande o número de portadores de artério esclerose.

De modo que defendo o meu ponto de vista de que a sacarose, se não é indispensável, é necessária e de administração fácil. É útil para a alimentação da criança.

Agora, como todos os alimentos tem seus defeitos e suas virtudes. O fogo esquentar e queimar. De modo que, se for abusada ela pode provocar diarreia. Mas, qualquer outro desses produtos provoca diarreia da mesma forma. Não vejo porque estar se condenando. Realmente em tais edulcorantes não se encontra nada — por que se possa dizer que eles possam conduzir a algum mal maior para o indivíduo, pois há 35 anos clínico e sempre usei a sacarina para edulcorar as poções destinadas às crianças que não poderiam ingerir o açúcar e naquelas doses de 5 centigramas para cada 100 gramas de líquido. E o próprio professor de farmacologia da faculdade, usa edulcorante há 15 anos, sem perigo nenhum. O único que possa ser nocivo é aquele que foi lançado no mercado japonês e que, felizmente, não é utilizado aqui.

O seu excesso, e que se torna muitas vezes até intolerável, é que pode levar à diarreia, da mesma forma que há diarreia pela sacarose. Quanto às ações mortíferas provocadas por adoçantes, somente o são por esses que não estão no mercado.

Contra indicação com bases científicas no emprego dessas substâncias, acho que, a não ser pela redução de hidratos de carbono, só mesmo para indivíduos que são tendentes para a obesidade ou que já são obesos.

Mas aqui há um outro inconveniente. O indivíduo pensará que pode reduzir o peso, comendo carne e gordura da mesma forma e reduzir a gordura e comer carne quando quiser.

Simplesmente vai transformar a carne em caloria, caloria mais cara, com quantidade de resíduos muito mais nociva.

Todos esses regimes têm que ser equilibrados.

O indivíduo tem que comer menos e não modificar o paladar, como é tão comum fazer-se.

Quais os efeitos dos resíduos dos edulcorantes?

Têm os efeitos e as restrições de todos os hidratos de carbono. Sem eles não há desenvolvimento normal.

Não vejo vantagem nenhuma na substituição da sacarose pelo calórico, a não ser nas pescas mais desenvolvidas.

Se há prejuízo da venda indiscriminada dos adoçantes não calóricos, não há prejuízo, se a pessoa receber a quota de hidratos de outras fontes. E preciso reeducar o apetite do indivíduo.

Quanto ao uso deles como produto dietético, se eles são utilizados em produtos dietéticos, devem ter indicação precisa e devem vir n. orotulo desses produtos dietéticos da mesma forma que vêm no leite em pó.

Não deve ser usado indiscriminadamente. Temos observado pessoas que pensam que, com umas poucas gotinhas, estão substituindo o açúcar.

E já tive o desprazer — eu, que combato o adoçar uma fruta — de ver minha filha querer por algumas gotas desse edulcorante num pedaço de mamão.

Há mesmo um versinho que acho muito interessante e caracteriza bem o brasileiro: "tom afeto e com açúcar". Ficaria desagradável dizer "com afeto e com sacarina"! (Risos.)

Se temos um defeito, por outro lado, temos grande vantagem: é esse grande amor que o nosso povo tem pela criança. O nosso povo pode ter deficiências noutros sentidos, mas o seu carinho pela criança não falta. E esse carinho tem que vir acompanhado de açúcar. Acho que é a forma mais fácil e mais gostosa.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Sr. Presidente, não estando presente o nosso eminente Colega Deputado Pedro Horta, devo, esta noite, funcionar como Relator, já que o Relator substituto sou eu.

Antes de mais nada, quero apresentar aos meus eminentes Companheiros de Comissão aquele que acabou de expor.

O Prof. Woiski está aqui, exatamente porque alguém, que é objeto de alta consideração minha, disse-me que considerava o Professor Woiski, atualmente, o maior pediatra do Brasil. Naturalmente, por modestia, o Professor não concordará com essa declaração. Entretanto, o professor que me assessorou, em parte, neste assunto sugeriu, com grande interesse, que ouvissemos o Professor Woiski pelas suas excepcionais qualidades não apenas como cientista que é de renome, mas ainda como clínico de primeira água.

Pósto isto, quero agradecer ao Professor Woiski a naturalidade e simplicidade com que apresentou a sua exposição inicial. Agradou muito. Poderia o Professor Woiski, com os conhecimentos que possui, fazer um ver-

dadeiro show de conhecimentos, mas cientista que é, a arte de representar não é propriamente uma das características do bom cientista e do bom médico. Exposição serena, tranqüila, sobretudo exposição muito segura, qual seja a apresentação de seu ponto de vista, de uma maneira que lembra aquele verso do nosso Camões: "um saber de experiência feita". Não é um saber tirado apenas de leitura mas adviente da meditação da leitura e da observação dos fatos. A rigor, poderíamos até dizer que estávamos satisfeitos. Entretanto, seria sumamente desagradável, depois de uma longa viagem, vindo de Ribeirão Preto a Brasília, não batessemos um papo. V. S. vai-me permitir, especialmente o nosso eminente Presidente, que eu use tal expressão, tanto mais que V. S. revelou, ainda há pouco, certo gosto por esta maneira de falar, desataviada.

Vou retomar, com a licença devida do Professor Renato Woiski, alguns pontos. Antes, entretanto, gostaria de ouvir a sua opinião a respeito do emprego do açúcar mascavo. É uma questão a *littere*, mas como já foi referida, em uma das sessões passadas, gostaria de conhecer o que pensa a respeito. Sabemos que o refinado, praticamente, é a sacarose pura, enquanto que o mascavo teria a vantagem de trazer ainda algumas outras substâncias especialmente ferro.

Professor Renato Woiski, pensa V. S. fosse do interesse para as populações mais pobres, as que tem menores recursos de variedade alimentar, o uso do açúcar mascavo?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Creio que sim, por uma das razões que V. Exa. citou. Há muitos anos, no Havai, se fez uma observação nesse sentido. As crianças eram de tal ordem nas plantações de abacaxis, que as crianças apresentavam uma anemia carencial muito mais acentuada que a observada nas das plantações de cana. As das plantações de abacaxi recebiam o açúcar cristal, ao passo que as das plantações de cana-de-açúcar recebiam justamente o que chamamos, aqui, de melado, que é muito rico em ferro. O melado não é sacarose pura, contém outros tipos de sacáreses, de modo que tem tendência muito grande à fermentação. Por outro lado, não sendo sacarose pura as suas concentrações não têm cosmopolaridade maior, provocando por si só diarreia e trazendo água para os tecidos. O único para os tecidos. Observa-se, assim, que poderia ter vantagens e desvantagens. O único inconveniente que vejo no açúcar mascavo é que ele não adoça tanto quanto o açúcar comum e, pela perversão do apetite por coisas adoçadas, talvez as mães usem demais este açúcar. Em vez de colocarem a percentagem prescrita pelo médico, ou seja, na base de 3 a 5%; que seria o útil, elas exageram. É o que ocorre quando o médico prescreve a glicose pura que quase não adoça. As mães procuram adoçar pelo paladar delas próprias em vez de ter em vista o paladar da criança, e usam então proporção de 10, 12 a 15%, o que dá concentração muito grande e imolaridade geralmente elevada, provocando diarreia.

Neste caso, é só verificar a concentração que está sendo usada, e logo se conclui que houve uso exagerado do dextrosol. Ele não é para fermentar porque, não sendo glicose pura, tem absorção praticamente imediata e não iria para o intestino, mas ele provoca diarreia osmótica. Este seria seu único inconveniente, mas, por outro lado ele teria a vantagem de fornecer alimentação mais barata, como precisa mais ou menos 60 a 70% da nossa população, isto sem contar acréscimo de ferro, o que não é desprezível, porque, em nosso meio, é frequente a anemia carencial, justamente por falta de ferro. Daí o enriquecimento que fazem, nos Estados

Unidos, de cereais e outros produtos, em sais de ferro para corrigir a anemia carencial.

Não sei se respondi à pergunta de V. Exa., Deputado Brito Velho.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator-Substituto) — Perfeitamente.

Este assunto agora não tem nada a ver com o temário, mas queria perguntar a V. Sa., eminente autoridade no assunto: quanto ao problema das anemias hipocrônicas de tipo ferro privo em indivíduos parasitados, qual a sua observação? Se, na zona em que V. Sa. trabalha, recebem eles boa alimentação, instala-se sempre, sistematicamente, a anemia ou só naqueles em que se associa a infestação parasitária com regimes alimentares relativamente pobres?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI (Depoente) — Depende principalmente do regime alimentar pobre, porque, segundo observações feitas há anos e já citadas — acredito — nos trabalhos de Walter Osvaldo Cruz, em certas regiões argentinas, quando o uso da carne e das frutas era muito grande, apesar da alta infestação (?), os indivíduos não tinham anemia. Nossas crianças são geralmente desnutridas, pois têm alimentação carente, especialmente daqueles elementos que formam hemoglobina. Tem elas não só falta de ferro, mas — e principalmente — de proteínas e de alguns ácidos gordurosos essenciais. Podemos dizer, por exemplo, em relação às crianças que abusivamente chamamos de "cachacoras" — nome dado na África pelos ingleses, que descobriram o que os alemães já tinham feito há 30 ou 40 anos —, há pequena destrofia farinácea, etc. Nessas crianças não há falta de ferro, tanto que hoje em dia não estamos dando mais ferro para elas. Simplesmente completamos a alimentação com proteínas, etc., e elas se corrigem espontaneamente.

Agora, quase todas elas vêm para nós infestadas. De modo que temos simplesmente que erradicar, e os processos de erradicação, hoje, são muito rápidos e muito fáceis. Fazemos principalmente tratamento rápido, em quatro ou cinco dias. Não se espera como antigamente, em que se aguardava um mês. Agora não damos tempo ao ferro, não damos descanso a ele.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Vou interromper um pouco o Professor e o nosso Relator, Deputado Brito Velho. Vou ter que sair de um momento para outro, e queria pedir licença para reformular uma pergunta.

O Prof. Woiski nos disse, no começo de sua exposição não saber de que origem lhe chegaram algumas informações no sentido de dar respostas completamente tendenciosas a esta Comissão, inclusive com dados "alseados", com citações truncadas. Eu perguntaria ao Prof. Woiski se há algum inconveniente — porque fica a seu inteiro critério — em dar cópia a esta Comissão, ou remeter o original recebido, embora não saiba a sua origem.

O SR. RENATO WOISKI — O que me deixou triste é que este relatório vem assinado por um professor que continua a ter na melhor conta que é um grande sanitista mas que não é nutricionista. Provavelmente, portanto as informações que obteve ali...

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — ... foram falsas também.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Falsas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — A minha pergunta é se V. Sa. teria inconveniente em nos remeter esse original.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Não tenho. Não tenho, porque acho que essa é uma coisa que deve ser combatida.

O SR. DEPUTADO MAURICIO GOULART — Evidente. Tanto mais que se trata de uma figura, como diz V. Sa., de tão eminente sanitária, que merece todo apreço. Mas ele foi ilaqueado na sua boa-fé.

E essa figura, essa pessoa, esse Professor que remeteu os documentos à Comissão o fez espontaneamente ou fez por sugestão de alguém?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Foi por sugestão de um Laboratório. E declaro, com inteira lealdade que, com esses documentos, o nobre Relator e o Sr. Presidente terão meios inclusive de verificar quem falseou os dados.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Tive oportunidade de consultar alguma literatura, especialmente americana e europeia, a respeito de adoções, adventícias ou decorrentes do emprego de doses três, quatro ou cinco vezes por dia, desse educolran. Teve V. Sa. também alguma notícia sobre isto?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Esta pergunta foi formulada pelo Professor de Farmacologia e ele disse que não há ação tóxica. O que pode provocar é a diarreia e mostrou-me a revista onde existe citação desse produto japonês, de concentração elevada, que não foi levado ao mercado é altamente tóxico, sendo por isso rejeitado e parece não é usado no Brasil.

A saccharose e o ciclamato não tem inconveniente algum. O único, é provavelmente a diarreia, sem qualquer outra consequência tóxica.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — As suas respostas às perguntas, em geral sobre problemas de metabolismo, são satisfatórias. Tenho que informar a V. Sa. que teve de formulá-las porque, tratando-se de uma comissão que está a inquirir sobre o assunto, é não sendo composta de médicos ou biólogos, deviam as perguntas ser respondidas pelas que viessem aqui depor, especialmente pelos professores de medicina, como V. Sa.

Algumas são de certa candidez, que um médico não formularia a outro, mas eu não estou na situação de médico e sim de deputado que pertence a uma comissão.

Cóisa de suma importância é a que diz V. Sa. sobre aquilo que eu chamaria a política referente ao uso destas substâncias. V. Sa. disse que achava deveriam estas substâncias, no rótulo ou em coisa equivalente, trazer claramente expresso que devem ser destinadas a tais ou quais finalidades.

Ainda uma pergunta vinculada a isso que eu chamaria de política referente a essas substâncias: acha V. Sa. que esses edulcorantes são utilizados em proporção variada de sacarina e ciclamato de sódio?

Essa venda deveria ser feita exclusivamente em farmácias ou rodaria ser feita — desde que carregassem rótulos — em qualquer armazém ou em qualquer dessas casas onde se pode adquirir generos alimentícios? Qual a opinião de V. Sa.?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Não vejo inconveniente, desde que venha perfeitamente explicado no rótulo. Seria a mesma coisa da venda dos leites dietéticos que são vendidos em mercados, desde que se diga que não é substituto do açúcar.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator-Substituto) — Não tenho duvida, até hoje, certas mães imaginam que podem substituir, no ponto de vista nutritivo, o hidrato de carbono, no caso a saccharose, pelo edulcorante, porque vem sempre escrito nos rótulos que uma gota corresponde a tantas colheres de açúcar.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Isto não é raro, elas pen-

sam que, desta forma, podem economizar açúcar.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator-Substituto) — Vou registrar com muito cuidado. V. Sa. está em condições de fazer estas observações necessárias. Ainda há mais. Quando se tratar de alimentos preparados ou adoçados mais exatamente pelos adoçantes, certas bebidas, determinadas geleias, compotas ou outros alimentos da mais variada natureza, como pensa V. Exa. que deveria ser feita a embalagem? Deveria se escrever o quê nesses alimentos?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Usando a composição do alimento, no sentido largo da palavra. Dos refrigerantes, por exemplo, de certo modo eu acho uma vantagem, porque o uso dos refrigerantes adoçados pelas nossas crianças, por exemplo, nos intervalos das refeições é, em geral, o produtor da anorexia, porque a criança fica semi-satisfeita e o resultado é que ela não vai almoçar, ou então toma o refrigerante adoçado, que é mais agradável, durante o almoço, ao invés de um copo de leite que é muito mais necessário. De modo que aí talvez possa ter uma vantagem mas deve-se avisar de que não é um alimento. Do mesmo modo que aqui está uma pseudo-laranja está também somente edulcorante. Quer dizer, sem o açúcar para que a pessoa não tome aquilo pensando que está se alimentando.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Qual a opinião de V. Exa., propriamente, sobre o uso o até o abuso feito pelas crianças de refrigerantes do tipo da coca-cola ou da pepsi-cola? Qual é a impressão de V. Sa.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Para mim é a mais nociva. Eu tenho vários netos e felizmente não têm eles o hábito de tomar nenhum desses dois refrigerantes. Tenho mesmo uma neta que chega a petulância de chegar num restaurante e pedir uma Lindoia sem gás, o que não tem sentido porque a Lindoia não tem gás. Mas o que quero dizer é que esses refrigerantes são considerados os maiores produtores de anorexia nas crianças...

Conto um fato interessante. Quando estava nos Estados Unidos, minha filha, que tinha nove ou dez anos, foi à escola e quando chegou a hora da merenda, à tarde, correu a comprar uma coca-cola e recebeu uma valia de todas as crianças: "Olhem a sul-americana tomando coca-cola". Isso porque todas as crianças tomavam leite, era hora de tomar leite. Minha filha ficou enchebada, chorou e, quando fui buscá-la, contou-me o fato. Eu lhe expliquei por que, e depois levei-a ao refeitório de estudantes, para mostrar-lhe como tomavam leite. E' um mal nosso. Sou contra a maizina e quando comecei a combater a foi por essa observação que V. Exa. deve também ter notado, de que nossas crianças não tomam leite. Tomam somente 150 gramas de leite por dia. Não chego ao exagero, como o americano, de prescrever um litro de leite por dia, mas pelo menos 650 gramas. Dizia um meu professor que não ingerem o leite por questões raciais. Não me convenia isso, mas quando cheguei aos Estados Unidos verifiquei que o negro, o italiano e outros povos que formam aquele país, todos tomavam leite. Então, discutindo com a dietista o problema e mostrando o nosso regime ela disse: vocês têm um mínimo de proteínas drato de carbono que vai a 60%. E, essa função de hidrato de carbono é a sacarina na mamadeira, além de torná-la mais espessa, diminui a necessidade de a criança ingerir mais. Sendo mais espessa, ela ingere menor volume, e contendo mais elementos calóricos ela não sente necessidade de

melhor ingestão. Sendo doce, ela calmo".

O mesmo se dá com as nossas crianças. Quando atingem 1 ano e pouco, tomam no máximo 2 mamadeiras ao dia ou durante à noite, o que lhes tira o apetite pela manhã. Então, a mãe vem aflita ao consultório dizendo que seu filho não quer se alimentar, quando ele já se alimentou escondido, isto é, já se alimentou convenientemente à noite, não sentindo apetite pela manhã.

De modo que procurei adaptar o regime que vi na América e vários colegas meus, que vieram na mesma época, resolveram estabelecer isso, que eu disse, introduzindo leite nas refeições, juntando pequena quantidade de açúcar, no máximo 5% e, geralmente, 3% para corrigir aquela deficiência, dando esse alimento, de preferência puro e com isso conseguindo que a criança ingira 600 a 700 gramas diárias, sem se alimentar excessivamente.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Quanto ao problema da concentração da cafeína, eu não fiz estudos a respeito desses refrigerantes, e, por isso perguntaria: eles são abundantes em cafeína, ou não? Poderia se estabelecer uma relação entre uma garrafa de coca-cola ou pepsi-cola e uma xícara de cafézinho, digamos assim?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Não tenho informações a respeito. Sei apenas que, nesses casos, havia um outro conservador, o ácido benzóico, que era usado. Foi feita uma denúncia contra uma dessas firmas, para o Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, cujo diretor era naquele tempo nosso professor. Aquilo era um exagero. A quantidade era perfeitamente aceitável e era ideal que fosse daquela forma.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Quanto a essas bebidas, V. Exa. respondeu de uma forma mais do que suficiente.

Quanto aos outros alimentos, ao que me parece, devemos ter o mesmo cuidado do que para com os edulcorantes em si mesmo. No rótulo do produto deve haver um esclarecimento sobre as implicações.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — V. Exa. deve estar informado de um livro: "Calorias não engordam", de autoria de um alemão, em que se dizia da necessidade de comer-se grande quantidade de gorduras. Mas isto leva à acidose. Os efeitos são desfavoráveis para uma alimentação completa equilibrada.

Um indivíduo que quer emagrecer, tem que se acostumar ao sofrimento, gozar o sofrimento comer pouco. Não há regime que corrija isso.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Não há regime e muito menos a chamada massagem é aconselhável. E' bom ter um massagista se quiser emagrecer e não se transformar em massagista. Mas, fazer massagem, não será isso possível.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Realmente, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Professor Woiski, não encontro outro ponto a ser objeto de interrogação, diante das respostas dadas por V. Exa. Entretanto creio que outros Membros da Comissão teriam prazer em dirigir-lhe a palavra. Por isso, vou pedir ao Sr. Presidente que dê a palavra aos Companheiros, de vez que estou satisfeito.

Ao terminar, Sr. Professor Woiski, quero pessoalmente agradecer os valiosos esclarecimentos que trouxe aos Membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Vieira) — A palavra está facultada a qualquer dos Membros da Comissão. (Pausa).

Depois de ouvir a exposição do Professor Woiski, depois de ouvir as

perguntas do nobre Deputado Brito Velho, que poderia mais eu fazer, apenas como representante do povo, integrante desta Comissão e não se torturar a sua inteligência e materializar a sua vontade, se quisesse, ainda, saber aquilo que talvez eu não tivesse o direito de perseguir?

Entretanto, na qualidade de presidente "ad hoc" desta reunião, só me cabe um dever: o de agradecer a V. Exa. a sabedoria que nos trouxe, através de seu depoimento, neste questionário seu tanto coordenado mas, sobretudo, preciso e oportuno. Não sou eu só quem assim o considera, o nobre colega Brito Velho, com a sua sabedoria, prudência, perspicácia de homem que faz sempre o bem já o havia definido.

Por isso compete-me neste instante, em nome da Comissão, agradecer a V. Exa. a cooperação que nos trouxe, fazendo votos para que inteligência dessa natureza, caracteres iguais ao seu sejam descobertos em todo o Brasil agora, porque, assim poderemos contar com inteligências iluminadas, com homens de bem para fazer o bem. E' justamente disto que necessita o Brasil. Através da revelação feita por V. Sa. vemos quanta melhora há no mundo agora. Aqui tratamos de fazer o bem, uma pesquisa científica para se averiguar a vantagem ou a desvantagem dos adoçantes. Isto se faz com sentido de patriotismo, de fazer o bem, mas infelizmente a humanidade, como V. Sa. não ignora, está cheia desses meandros, desses preconceitos.

O depoimento de V. Sa. tocou a minha consciência e a de meus companheiros. Por ele verificamos quão acertada foi a criação desta CPI, no enquadramento dessas coisas, dessas circunstâncias, para que aqueles responsáveis pela coisa pública, delas tomando conhecimento procurem acertar porque terão a porta da verdade. Errarão, se quiserem, porque serão prevenidos, para não cair nas falhas.

Em nome da Comissão, agradeço a V. Sa., professor Renato Woiski, o depoimento que nos trouxe.

(Relator Substituto) — Sr. Presidente, pediria licença a V. Exa. para solicitar um obsequio do professor Renato Woiski.

Trata-se, Professor Renato Woiski, do seguinte: recebemos, há algumas semanas uma série de artigos científicos, quase todos americanos, um deles de um Instituto de Farmacologia de Viena. Não tive tempo, nem posso conhecimento especializado para proceder a uma análise cuidadosa da significação de alguns resultados colhidos em experiências ali relatadas.

Perguntaria a V. Sa. se concordaria em que enviassemos essas tratativas a Ribeiro Preto, a fim de que V. Sa. e o Professor Costa e Silva os analisassem e, então, abreviadamente — não pedimos um grande relatório, contentamo-nos com um feito abreviadamente — nos informassem sobre o significado daquelas experiências, quanto à avaliação das conclusões ali apontadas. Seria uma colaboração de alta relevância para esta Comissão.

Assim, se V. Sa. concordar, leteremos para Ribeiro Preto, nos próximos dias, esses estudos, e V. Sa. e o professor de Farmacologia, Rocha e Silva, se tivessem tempo, fariam uma análise do que ali está escrito e nos enviariam as suas conclusões e observações.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Com grande prazer.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator Substituto) — Ficamos imensamente agradecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Vieira) — A V. Sa., Professor Renato Woiski, os nossos agradecimentos pela colaboração que trouxe a

esta Comissão. Também em nome da presidência agradeço a cooperação de V. Exa. e dos nobres colegas desta Comissão.

E, como mais nada há para ser tratado para esta reunião, declaro a encerrada.

(Termina-se a reunião às 22 horas e 29 minutos).

ATA DA 17ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1968.

As dezesseis horas do dia dezesseis de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Adalberto Sena, Dylson Costa e os Senhores Deputados Brito Velho, Pedroso Horta, Manoel Taveira e Maurício Goulart, reunidos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fernando Corrêa, Manoel Villaga, Raul Giuberti, José Ermírio e os Senhores Deputados Magalhães Melo, Monsenhor Vieira, Wilson Martins.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica à Comissão a presença do Doutor Cristóvão Lisandro, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra, o Dr. Cristóvão Lisandro lê seu relatório que trouxe e em seguida coloca-se à disposição dos Senhores Parlamentares para as perguntas.

A seguir, o Doutor Cristóvão Lisandro é interrogado pelos Senhores Deputados Pedroso Horta, Manoel Taveira e Senador Adalberto Sena.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece o comparecimento do depoente, determina que as informações trazidas por Sua Senhoria sejam anexadas ao processo e que, as notas taquigráficas da presente reunião sejam publicadas, em anexo, à esta ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SOBRE A SAÚDE DO USO INDISCRIMINADO DE ADOÇANTES ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, BEM ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

ANEXO DA ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 1968, ÀS 17 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Milton Campos.

Vice-Presidente: Senador José Ermírio.

Relator: Deputado Brito Velho.
Depoente: Dr. Cristóvão Lisandro, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Rio de Janeiro.

Integra do apunhamento taquigráfico referido na ata:

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Dr. Cristóvão Lisandro, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Rio de Janeiro.

O SR. DR. CRISTÓVÃO LISANDRO — Sr. Presidente, V. Exa. vai-me desculpar porque eu não tenho muita vivência em relação a problemas deste ordem. É a primeira vez que eu me encontro frente a uma Comissão como esta.

Assim, eu solicitaria que V. Exa. me informasse se eu deveria, desde logo, ler um pequeno depoimento que trouxe por escrito, relativamente ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Está à vontade.

O SR. DR. CRISTÓVÃO LISANDRO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o assunto vem sendo, aqui, exposto por diversas autoridades nesse setor. Devo dizer-lhes que eu pouco tenho a aduzir, com fatos novos, às explicações trazidas a esta Comissão pelo Sr. Presidente do Instituto e pelo Sr. Presidente da Cooperativa de São Paulo. Eles expuseram muito bem, e abundantemente, assuntos relativos à matéria.

Fiz uma pequena exposição a respeito do assunto, que é exatamente pequeno em virtude de eu não encontrar conveniência na repetição que eu pudesse fazer, em assunto do seu conhecimento e já explanado, nesta Comissão, pelas autoridades a que fiz referência.

(Lendo).

Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senhores Deputados;

Comparecendo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira, na qualidade de Presidente da Cooperativa Fluminense dos Usineiros Ltda., desejo nesta oportunidade reiterar minhas escusas pelo meu não comparecimento na data antes fixada, pelos motivos expostos oportunamente, através do meu telegrama de 18 de abril pretérito, dirigido à Secretaria desta Comissão.

Permito-me ainda, trazer os meus aplausos ao Senhor Deputado Maurício Goulart, autor do pedido de constituição desta Comissão, bem como aos demais Deputados e Senadores que contribuíram para a sua constituição, permitindo por essa forma o completo esclarecimento do assunto, em tempo útil, das adoções cabíveis na medida do interesse popular e da economia nacional.

Dentro do roteiro proposto pelo seu ilustre Redator, sob o ponto de vista econômico cumpre-me, apresentar considerações sobre o item 5. Consequências que decorrem do uso de adoçantes artificiais, para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira, alínea b, c e d — esperando sirvam elas, de algum modo, como subsídio dos trabalhos desta Comissão.

1 — O que representam a produção e a comercialização de adoçantes artificiais e em que medida a expansão do seu emprego, no momento, implica na contenção da demanda da açúcar.

As informações sobre produção e comercialização de adoçantes no Brasil são limitadas, conhecendo-se, praticamente, dados a respeito da importação de matérias-primas básicas, sacarina e ciclamatos utilizados na composição das fórmulas.

Como se vê das informações já colhidas pelo ilustre relator e constantes dos comentários apresentados a esta Comissão, em 1967, dispôs o mercado brasileiro de adoçantes artificiais equivalentes a 1.400.000 sacos de açúcar de 60 quilos, correspondendo ao período de 3 anos, 1963-67, a um incremento relativo da ordem de 69,1%.

De acordo com esses dados, no momento é, ainda, irrelevante o volume

de adoçantes artificiais no mercado comparado com a produção de açúcar de cana; o ritmo de sua expansão, porém, não pode deixar de preocupar pelo que pode representar de substituição do açúcar, no tempo, tendo em vista a força da propaganda explorando temas de vulgarização científica, versando in convenientes de aumento de peso e suprimento o uso de adoçantes caloricamente pobres.

É evidente, pois, que na medida em que se processo essa substituição com a oferta crescente dos adoçantes artificiais, isto se dá em detrimento da agro-indústria canavieira, cujo parque industrial conta ainda com capacidade ociosa.

2 — O que representa a produção e a comercialização de adoçantes, no presente, para a economia da agro-indústria açucareira.

As informações e comentários do item anterior respondem, praticamente, a indagação deste quesito.

Representando no momento, segundo os dados disponíveis, a oferta de adoçantes artificiais menos de 2% do consumo aparente de açúcar no mercado nacional, vê-se que, no presente é, pouco expressiva sua influência no tocante à economia da agro-indústria canavieira.

A persistir porém, o ritmo de crescimento da importação de matérias-primas básicas para a produção de adoçantes artificiais, ter-se-á, sem dúvida, consequências desfavoráveis para o setor da agro-indústria canavieira, de reflexos negativos para a economia nacional.

3 — Reflexos de natureza econômica e social que poderão advir da expansão do uso dos adoçantes artificiais em competição com o açúcar.

É o Brasil um grande produtor de açúcar de cana, cujo consumo interno absorve oitenta por cento de sua produção, destinando-se os restantes

Representa esta produção, um volume de emprego de 350.000 estimando-se e ml. 500.000 o número de pessoas que vivem diretamente desta atividade econômica.

A capacidade de produção instalada nas Usinas produtoras de açúcar do País é, da ordem de 850 milhões de sacos de 60 quilos em 150 dias efetivos de moagem. Situando-se a produção atual, em torno de 700 milhões de sacos de 60 quilos, verifica-se uma capacidade ociosa de 150 milhões de sacos de 60 quilos (900 milhões de sacos de 60 quilos) a serem absorvidas, progressivamente, na medida das solicitações da demanda interna e externa, representando novas oportunidades de emprego.

Além disso, vale salientar que participam dessa produção, cerca de quarenta e oito mil fornecedores de cana que sofrerão também, com os reflexos da eventual redução no ritmo de crescimento do consumo do açúcar, em virtude da competição no mercado interno, dos adoçantes artificiais.

Economicamente, há ainda a considerar a evasão de cambiais com a importação de matérias-primas para a produção dos adoçantes artificiais, reduzindo-se em concomitância a obtenção de divisas, pela diminuição do volume das exportações de açúcar.

Estes, Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, os esclarecimentos que me permito prestar à essa ilustre Comissão, na qualidade de Presidente da Cooperativa Fluminense dos Usineiros Ltda. — Cristóvão Lisandro de Almeida.

Em aditvo a este pequeno esclarecimento, desejo dizer que as informações prestadas neste meu relatório — se pode chamar, três páginas — não fazem mais que repetir um assunto que foi aqui explanado, tenho certeza, esclarecido pelo Sr. Presidente do Instituto e pelo Sr. Presidente da Cooperativa dos Produtores de Açúcar do Estado de São Paulo. No an-

tanto, Sr. Presidente, estou à inteira disposição de V. Exa. e dos nobres senadores e deputados, para qualquer explicação que esteja em minha capacidade dar, sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Tem a palavra o Sr. Relator.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — Dr. Cristóvão Lisandro, o seu relatório, embora sucinto, é confirmatório das informações que esta Comissão já colheu. De sorte que as perguntas que tenho a fazer são muito poucas. Na primeira lugar: a matéria prima desses adoçantes artificiais é nacional ou é estrangeira?

O SR. CRISTÓVÃO LISANDRO — São todas importadas. Ainda no ano passado, em 1967, essa importação resultou num dispêndio de divisas da ordem de quase quatrocentos mil dólares.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — V. Sa. sabe qual é a origem dessa matéria prima, se ela é vegetal, mineral...

O SR. CRISTÓVÃO LISANDRO — É sintética.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — Extraída de que?

O SR. CRISTÓVÃO LISANDRO — De produtos químicos.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — De que origem ou de que natureza?

O SR. CRISTÓVÃO LISANDRO — Isto eu não saberia explicar. São produtos químicos sintéticos, mas não sei de que natureza.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — O senhor conhece os vendedores e fabricantes desses adoçantes artificiais?

O SR. CRISTÓVÃO LISANDRO — São, em um percentual elevadíssimo, o Japão e os Estados Unidos. São, também, os principais exportadores para o Brasil.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — Não são fabricados aqui?

O SR. CRISTÓVÃO LISANDRO — Não. A matéria prima básica para a fabricação desses adoçantes é importada, e importada em escala muito grande, quase 100%, desses dois países, Japão e Estados Unidos. Os grandes países importadores de açúcar, desenvolveram processos substitutivos do açúcar que foram mais fortemente incrementados no período da guerra, quando a escassez do açúcar era permanente em todo o mundo. Posteriormente, continuaram fabricando essas matérias primas e esses produtos em quantidades enormes, inclusive exportando para outros países.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — Sr. Presidente, nada mais tenho a indagar.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — Sr. Presidente, gostaria de formular uma pergunta ao ilustre depoente.

O senhor disse que a importação desses produtos resultou numa evasão de dólares da ordem de 400.000. Onde o senhor colheu essa informação?

O SR. CRISTÓVÃO LISANDRO — Foi colhido no Banco do Brasil.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Agradeço ao Senhor Cristóvão Lisandro sua presença aos trabalhos desta Comissão e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Termina-se a sessão às 11 horas e 20 minutos).

ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1968

As dezesseis horas do dia vinte e nove de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Fernando Corrêa e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Manoel Taveira, Brito Velho, Monsenhor Vieira

O Pedroso Horta, reúne-se, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões, sobre a saúde pública, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Manuel Villaga, Raul Guberti, José Ermirio e Dilton Costa e os Senhores Deputados Wilson Martins, Magalhães Mello e Lauro Cruz. É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado da Guanabara, e indaga de Sua Senhoria se trouxe informações por escrito ou se deseja responder às perguntas dos Senhores Parlamentares. O Professor Benjamin Albagli declara que trouxe um sumário no qual estão respondidos todos os quesitos que depois se colocará à disposição da Comissão. Após a leitura de seu relatório, o Professor Benjamin Albagli é democraticamente questionado pelos parlamentares presentes.

Finalmente o Senhor Presidente agradece a presença de Sua Senhoria, determina que as informações prestadas e requeridas sejam anexadas ao processo e que as notas taquigráficas desta reunião sejam publicadas em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SOBRE A SAÚDE, DO USO INDISCRIMINADO DE ADOÇANTES ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, BEM ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

ANEXO DA ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 1963, ÀS 16,00 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Senador Milton Campos;
Vice-Presidente: Senador José Ermirio;

Relator: Deputado Pedroso Horta;
Relator-Substituto: Deputado Brito Velho; e

Depoente: Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Guanabara.

Integra do apuramento taquigráfico referido na Ata:

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Há número legal. Estão abertos os trabalhos da Comissão. Presente o Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado da Guanabara. S. Sa. acudiu o nosso apelo e veio prestar esclarecimentos que, certamente, não de ser muito preciosos para nossos trabalhos.

Indago do Professor Benjamin Albagli se deseja fazer uma exposição prévia, para, em seguida, ser arguido pelos Membros da Comissão.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, poderia fazer uma introdução, um sumário e a conclusão.

Aqui estão praticamente respondidos — segundo me parece — todos os quesitos. Entretanto, estarei, com muita satisfação, à disposição dos nobres Senhores Senadores e Deputados para

responder a qualquer pedido de informação pertinente ao problema da nutrição, assunto em pauta.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sr. Presidente, permita-me uma ponderação.

Ser-nos-ia mais útil S. Sa. fizesse a leitura total de sua exposição, pois só assim poderíamos formular perguntas no sentido de complementar as informações dadas na referida exposição.

Solicitar ao nobre Depoente, se não fosse demais, fizesse a leitura do trabalho.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Com muito prazer!

Vou proceder à leitura, *ipsis litteris*. Excelentíssimo Senhor Senador Milton Campos — DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista.

Tenho em mãos o Ofício SCM-CM nº 751-68 em o qual Vossa Excelência comunica-me a instalação de uma Comissão Parlamentar de Senadores e Deputados "destinada a verificar a repercussão sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira". Convidado por Vossa Excelência, na qualidade de médico e de professor de nutrição, o que muito me honrou, a prestar esclarecimentos, à Douta Comissão, passo, sem delongas, a expor o assunto, de acordo com o questionário que me foi enviado.

II — 1 — Os ciclamatos, descobertos em 1937, são cerca de 50 (cinquenta) vezes mais doces que o açúcar. A utilização dos mesmos, no campo da clínica e da indústria, começou a se verificar a partir de 1950 e a razoável bibliografia existente sobre o assunto documenta — a luz dos conhecimentos atuais — a inexistência de ação cancerígena que lhes possa ser imputada, razão porque estão inscritos nos códigos oficiais e nas farmacopéias da maioria dos países. Considerando-se que a inclusão de qualquer produto na Farmacopéia dos Códigos é precedida de rigorosa investigação farmacoclinica, sem nenhuma consideração pelos interesses comerciais, eventualmente envolvidos, licita é a conclusão de que no estágio atual dos conhecimentos médicos não se pode imputar nenhuma ação cancerígena aos ciclamatos. Cumpre assinalar, ainda, que os ciclamatos além de integrarem várias farmacopéias, inclusive a brasileira, sofreram rigorosa apreciação pelo "Food Protection Committee" do "National Research Council", dos Estados Unidos, (Council on Foods and Nutrition — Statement of the Council, Artificial Sweetener's A.M.A. — J. A.M.A., v. 150, pg. 875, 1956) que estudaram a inocuidade dos adoçantes artificiais — sacarina e os ciclamatos de sódio e de potássio — para o uso em alimentos. Schoenberger e col (Schoenberger, R.D.M., Sakamoto, A.; Kark, R. M.; Nerad, J.; Nesby, C. e Davin, J.C. — Metabolism Effects, Toxicity and Excretion of Calcium N — Cyclohexylsulfamate — Sucaryl — in Man" in Am. J. Med. Sci. 5.225, páginas 551-559, 1953) da Universidade de Illinois e do Departamento de Farmacologia do Laboratório Abbott não observaram efeitos tóxicos mesmo com a administração intravenosa, durante 8 meses, assim como por via oral, na dose elevada de 5g de "calcium sucaryl", diariamente, não houve alteração do balanço metabólico do nitrogênio, do sódio e do potássio. O cálcio foi recuperado nas fezes na proporção de 87 a 98%. No trabalho experimental de Nees e Derse (Nees, P. O. et Derse, P.H. — "Feeding and Reproduction of Rats Fed Calcium Cyclamate" in Nature v. 209, pgs. 81-82, 1965) ha-

seado na administração de ciclamato de sódio a 5%, em ratos, durante 2 (dois) anos, verificou-se o aparecimento de diarreia moderada, com perda de peso. Os exames post-mortem não evidenciaram nenhuma alteração histopatológica. Os animais de experimentação, (ratos), ingerindo 10% de ciclamato, consumiram, na alimentação, igual valor percentual acima dos controles. Apesar desta compensação calórica, os animais cresceram 20 a 30% menos que os controles, ainda que não se houvesse observado efeitos tóxicos; a perda de peso foi atribuída a um distúrbio da absorção. O mesmo, em menor grau, ocorreu nos animais alimentados com 5% de ciclamato. Os dois grupos — 5 e 10% não apresentaram distúrbio aparente da saúde. Em 21 dias os ratos de controle, bem como os que ingeriram ciclamatos, na proporção de 5% e de 10%, pesaram, respectivamente, 52, 45 e 32g. Os ratos puderam se reproduzir, mas as ninhadas não sobreviveram mais de 5 dias. Não foi possível apurar a razão da mortalidade maciça do período perinatal, bem como as causas do hipocrescimento. Em rações com 1% de ciclamato nada foi observado nas experiências efetuadas.

Agora estes trabalhos que revelam alguns distúrbios graves, imputáveis aos ciclamatos em doses elevadas, o que se desprende da literatura compulsada, grande parte já citada no trabalho coordenado pelo Prof. Manuel José Ferreira (Os Adoçantes Artificiais e a Saúde Pública, 1967), assim como de minha experiência clínica, é que, nas doses habituais, os ciclamatos não parecem apresentar nenhum dos efeitos tóxicos apontados nas experiências citadas, com o uso de doses elevadas.

No que concerne à gestante a conduta acertada do médico é de restringir, ao máximo, a terapêutica, a fim de evitar efeitos eventualmente tóxicos dos medicamentos, sobretudo nos três primeiros meses. É preciso acenar, diz Chasagnue, que "la fréquence de tels accidents est faible. Certains d'entre eux ne sont encore établis que sur des faits expérimentaux. Ils ne doivent pas inciter le médecin à une prudence excessive qui risquerait par fois de priver la future mère, et par voie de conséquence, son enfant, d'une thérapeutique efficace." Em resumo, no estado atual de nossos conhecimentos, o acertado é limitar a terapêutica à gestante, ao mínimo indispensável, mas, até o momento, aos ciclamatos — ainda que não sejam considerados medicamentos — nada foi imputado.

No número 112, do Current Food Additives Legislation, da "Food and Agriculture Organization", item 1.672 encontra-se a modificação do artigo A.05 da legislação Australiana, com o fito de autorizar o emprego do ácido ciclo-hexil-sulfâmico (ciclâmico), como adoçante artificial, assim como os ciclamatos de sódio e de cálcio já autorizados.

II — 2 — A escassa bibliografia existente não impede, entretanto, face à larga faixa de indicação dos adoçantes e o período de observação de 18 (ciclamatos) a 56 anos (sacarina), de afirmar que nas doses habituais há, praticamente, mais de 90% de excreção dos ciclamatos que parecem, de outro lado, ser desprovidos de ação farmacológica.

II — 3 — Não encontrei nenhuma publicação ou referência à ação letal ou mortígena — dos ciclamatos.

II — 4 — Nenhuma salvo a necessidade, criada pelo hábito de ingerir substâncias adocicadas, quando há necessidade de restringir a cota calórica ou no diabetes. Na realidade, até o século XVIII, o açúcar era vendido em farmácias ou boticas. Era produto raro e caro. Após a vitória da In-

glaterra, no século citado, quando Luiz XV não se incomodou de perder — alguns alqueires de terra congelada — para o inimigo vitorioso, houve um momento, não fora o conselho de Benjamin Franklin, em que a Inglaterra parecia optar por "Guaceloupe", em vez do Canadá, por causa das plantações de cana. Uma das grandes conquistas da química francesa, do século passado, foi a elaboração do açúcar de beterraba, para suprir a falta de açúcar de cana, em consequência do bloqueio inglês à França Napoleônica. Em suma os adoçantes não têm nenhuma indicação terapêutica, eles visam, apenas, a assegurar, o sabor doce aos indivíduos que, por motivos médicos ou estéticos, querem reduzir ou abolir a ingestão de açúcar, sem se privarem de seu sabor.

II — 5 — Nenhuma mesmo porque os sacarídios não constituem a única — nem melhor — fonte de carboidratos do organismo. Acresce, ainda que o drama que aflige os povos subdesenvolvidos ou — como delicadamente nos rotulam atualmente — em desenvolvimento, é a insuficiência proteica, especialmente de alimentos de origem animal.

II — 6 — É óbvio que não.

II — 7 — Não haverá nenhum prejuízo desde que atendidas as necessidades plásticas, energéticas, vitamínicas e minerais do indivíduo, seja ele normal ou enfermo.

II — 8 — Considerando a gravidade e a multiplicidade dos problemas que afligem a nação devo dizer, preliminarmente, que não vejo nenhuma conveniência em restringir o uso dos adoçantes artificiais, mediante prévia prescrição médica. Considere, entretanto, útil a exigência de constar em todos os alimentos — ou medicamentos — a indicação, no rótulo, de sua composição (fórmula).

Sumário e Conclusões

A revisão bibliográfica dos conhecimentos relativos aos ciclamatos e a sacarina — não revela efeitos tóxicos, quer de um, quer de outro, no que concerne à utilização, como adoçante, nas quantidades habituais. Tão pouco há referências, na literatura médica compulsada, a distúrbios teratogênicos ou a alterações do crescimento na espécie humana. Encarado o problema, sob o ponto de vista de agro-indústria canavieira, verifica-se que é estatisticamente insignificante sua incidência percentual sobre o consumo total do açúcar. Examinado o assunto sobre outro ângulo constata-se que, desde a segunda Grande Guerra Mundial, observou-se, especialmente na Inglaterra, considerável redução da cárie dentária das crianças, em consequência da diminuição das importações de açúcar, em virtude do bloqueio e, mais recentemente, Yudin em sucessivos trabalhos, a meu ver sem maior valor científico, atribui a maior incidência do enfarte, verificada no mundo atual, ao incremento do açúcar (a — Yudin, J. — Diet and Coronary Thrombosis — Hypothesis and Facts; Lancet 5.273, pg. 155, 1957; b — Patteras and Trends in Carbohydrate Consumption and Their Relation to disease; Proc. Nutr. Soc. v. 23, pag. 149, 1964; c — Advances in Nutrition and Dietetics, Practitioner, v. 197, pag. 511, 1965; d — The Cause and Treatment of Obesity, Triangle, v. 7, pag. 326, 1966; e — Yudin, J. et Roody, J. — Assessment of Sugar Intake; Validity of the Questionnaire Method; Brit. J. Nutr. v. 20, pag. 807, 1966; f — Evolutionary and Historical Changes in Dietary Carbohydrates; J. Chin. Nutr., v. 20, pag. 108, 1966; g — Why Blame Sugar — Chem & Ind. sept. pag. 1.464, 1966; h — Yudin, J. et Krauss, R. Dietary Starch, Dietary Sucrose and Hepatic Pyruvate Kinase in Rat-Natura, v. 215, pag. 75, 1965).

Entretanto, o mesmo Yudin, citando por Bour (Bour, H. Dietsche de L'Atherosclerose — La Revue de Practien t. XVIII, nº spc. pag. 134 1953) como "le champion du rôle a-hérone du sucre du commerce" sobre o aumento da vasculopatia coronária, torna-se mais cauteloso, em o seu último trabalho, no qual o fazer a revisão do problema, menciona a importância da ciência e da tecnologia no condicionamento de novos hábitos alimentares e conclui, dizendo, ser "too early to say... that dietary sugar may produce ischaemic disease" (Yudin, J. — Sugar and Ischaemic Heart disease, Practitioner, v. 198, pag. 680, 1967).

Dessarte considerando os problemas alimentares, em toda a sua amplitude, cabe-me frisar que no Brasil, como de resto no chamado terceiro mundo, os carboidratos primam pelo excesso, (1 — Campanha Mundial contra o Homem, 1950, FAO; 2 — The State of Food and Agriculture, 1962, FAO; 3 — The State of Food and Agriculture, FAO, 1964; 4 — Tercera Encuesta Alimentaria Mundial, FAO, 1964; 5 — Protein as The Heart of the World Food Problem, FAO, 1964; 6 — La Situation Mondiale de L'Alimentation et de L'Agriculture — 1965, FAO; 7 — Agricultura y Industrialización, 1967, FAO; 8 — Protein Advisory Group, Bulletin October, 1967 WHO; 9 — Joint FAO/WHO Expert Committee on Nutrition, 4th Rep., 1967; 10 — International Action to Avert the Impending Protein Crises U.N. 1968; 11 — Le Probleme Alimentaire des Pays en voie de Developpement, dec. 1967, OCDE), enquanto faltam, em quantidade suficiente, proteínas, especialmente proteínas de origem animal. Assim peço vênha para louvar os nobres propósitos que animam os Ilustres Membros desta Comissão, tão interessada na saúde e na alimentação popular, acrescentando, entretanto, que me cabe o dever de dizer que na segunda semana de julho, no Recife, se realizou o "2º Simposio Brasileiro sobre Alimentos e Nutrição", destinado ao levantamento de dados sobre a produção e consumo de alimentos, a fim de oferecer ao governo — compreendendo como tal, os poderes executivos e legislativos — informações adequadas a reformulação da política de alimentos e de agricultura objetivando erradicar, ou atenuar, a fome, quantitativa e quantitativa, que tanto alige a nação. No momento ainda cerca de 60% dos brasileiros lavram o solo, quase com as mesmas técnicas e com os mesmos instrumentos dos primórdios de nossa era, enquanto a ciência e a tecnologia agrícola (Technology and Nutrition (The Rockefeller Foundation, Annual Report pg. 3, 1966) permitem multiplicar o rendimento da terra e o homem caminha para conquistar a fome (Toward the Conquest of Hunger, ibidem, pg. 14), conforme se verifica nos exemplos dos Estados Unidos, Japão, Israel, Formosa, etc.

Em pleno "Ano dos Direitos Humanos", ainda não se alcançou no Brasil o primeiro dos direitos, "El Primer Derecho — No Tener Hambre" (FAO, 1963), razão porque entendo que o povo e o governo devem enfrentar, alicerçados na pesquisa científica e tecnológica, o árduo trabalho de colocar o Brasil no mesmo plano das grandes nações de nosso tempo. Triste é verificar que a palavra "excedentes" só pode aplicar-se em la actualidad a las existencias de unos poquissimos productos básicos, tal vez sólo al café, al algodón y azucar cuyas existencias han aumentado recientemente hasta alcanzar cifras insólitas, en contraste com el descenso de las existencias de cereales" (El Estado Mundial de La Agricultura y de la Alimentación, 1967, FAO). Assim o problema da agroindústria canavieira demanda, de início, revisão do es-

tatuto da terra (Ernest Feder — Land Reform: a Twentieth Century World Issue; América Latina, Ano X, nº 1, pg. 96, janeiro-março 1957), reformulação dos processos agrícolas (Estudio sobre Fertilizantes, 1951, O.E.A.) e tecnológicos (XIII Congresso Nacional de Educação, Rio de Janeiro, nov. 1967), vale dizer, ampliação dos quadros de ensino, em todos os graus e ramos, inclusive o universitário, onde apenas pouco mais de 200.000 estudantes, predominantemente de Faculdades que desatendem aos supremos interesses da nação, constituem menos de 10% dos alunos que deveriam integrar os quadros de educação superior do Brasil, os quais, para agravar, ainda mais, suas tintas realísticas, apresentam baixos padrões de ensino. Some-se a tudo quanto foi dito a tremenda mortalidade, durante a fase formativa — dos 20 aos 25 anos — e teremos uma fotografia, de corpo inteiro, da nação. Se o quadro choca e deprime o remédio está, felizmente, em nossas mãos, para através do estudo e do trabalho produtivo, acelerar as etapas de nosso desenvolvimento a fim de diminuir a distância que nos separa dos países ditos desenvolvidos.

Em suma, Senhores Congressistas, para ser breve repito hoje, o que en-

sinei ontem e o que direi amanhã, o preço da saúde, da alimentação, da educação e do desenvolvimento é menos que o custo da doença, da fome, da ignorância e da miséria.

Relatório do Prof. Benjamin Albagli:

Perito de Nutrição da Organização Mundial de Saúde

Professor de Higiene e de Nutrição

Membro da Academia Nacional de Medicina

Membro da Academia Brasileira de Medicina Militar

Membro da Ordem do Mérito Médico Nacional

Membro da Associação Americana de Saúde Pública

Membro da Sociedade Brasileira de Higiene

Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro

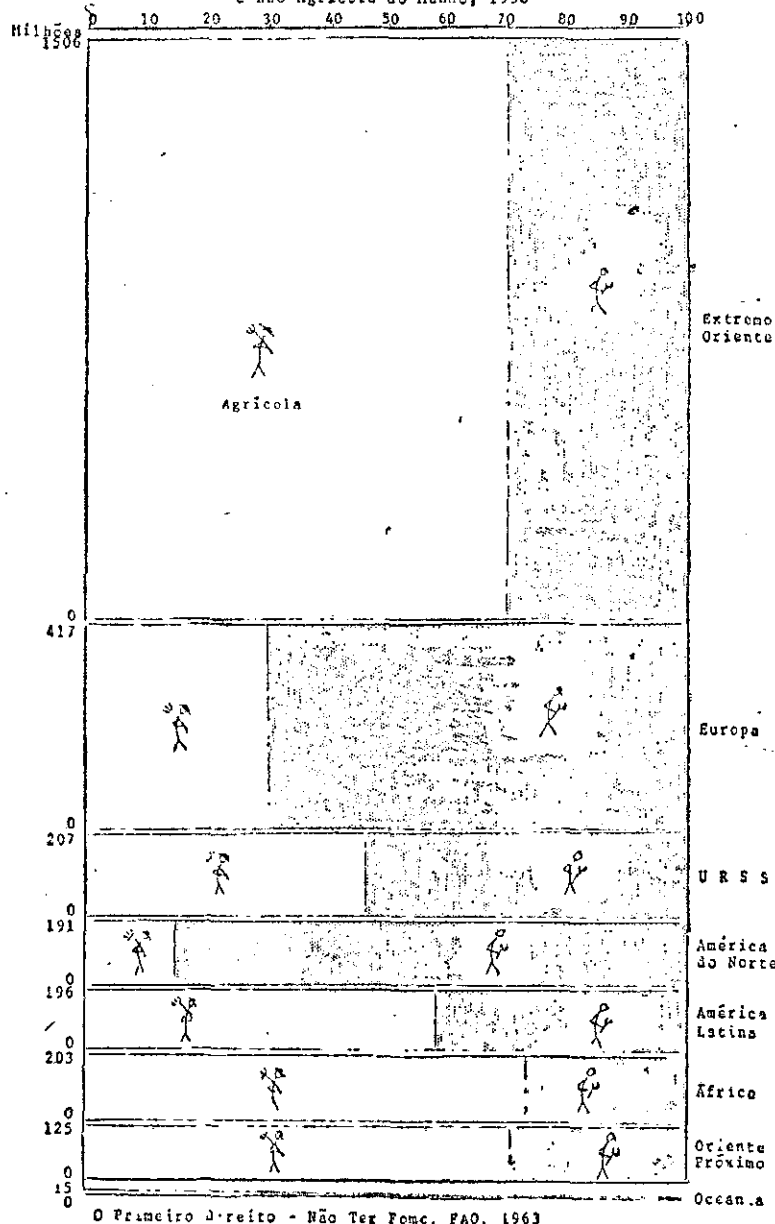
Diretor do Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara

Diretor da Academia Nacional de Medicina

Presidente da Associação Brasileira de Educação

Presidente da Comissão Organizadora da Sociedade Brasileira de Nutrição

Distribuição por Regiões da População Agrícola e não Agrícola do Mundo, 1958



O Primeiro Direito — Não Ter Fome, FAO, 1963

Este é o Relatório que trouxe, nobres Senhores e Deputados e com todo prazer estou pronto a esclarecer qualquer dúvida que surgir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Com a palavra o Relator.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-

SO HORTA — (Relator) — Professor, qual a origem das adocantes sintéticas, eles são extraídos de que?

O SR. BENJAMIM ALBAGLI — De substâncias químicas.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — Quais essas substâncias químicas?

O SR. BENJAMIM ALBAGLI — Infelizmente não posso responder a V. Exa. porque também não sei.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — Sabe qual a contribuição da indústria nacional para produção de adocantes sintéticos?

O SR. BENJAMIM ALBAGLI — Creio que todos são importados.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — O Sr. pode dizer de onde vêm?

O SR. BENJAMIM ALBAGLI — Dos Estados Unidos, e se V. Exa. me permite, quase todos os produtos químicos são importados. A nossa indústria farmacêutica desnacionalizou-se nos últimos 15 anos. No tempo dos extratos, das tinturas, da botica — e eu sou desse tempo — se fazia a formulação na farmácia. Naquele tempo se receitava produto de 20 centigramas, pesavam-se duas gramas, espalhavam-se com a facinha e tudo na base do mais ou menos, tudo na base do 33.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — No seu bem elaborado relatório, Professor o Sr. diz à página nº 1 que: "A luz dos conhecimentos atuais, a inexistência de ação cancerígena que possa ser incriminada aos ciclamatos fez com que eles fossem incorporados às diferentes farmacopéias". A que o Sr. alude?

O Sr. conhece o Dulcin?

O SR. BENJAMIM ALBAGLI — Não uso, mas conheço.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA (Relator) — Sabe que foi largamente usado, principalmente no Japão, durante décadas? Sabe o Sr. que, após esta utilização tão extensa e tão intensa, constatou-se a ação cancerígena do Dulcin e que, por lei do Governo japonês, foi proibido o seu emprego no Japão?

O SR. BENJAMIM ALBAGLI — Tenho uma referência aqui, mas essa referência não é clara. Aliás, no campo dos medicamentos, ou das substâncias de ação cancerígena, V. Exa. sabe que a Medicina ainda deixa muito a desejar, sobretudo no campo dos aditivos, no campo das substâncias químicas incorporadas ao alimento. Há farmacopéias que admitem certos aditivos, outras que negam. Mesmo porque não conhecemos a ação, e é difícil fazer afirmativa nesse sentido não conhecendo a ação dessas substâncias, a longo prazo.

V. Exa. está fumando aqui, mas essa substância cancerígena. Eu não fumo. Eu, por mim, proibiria o fumo no Brasil. Mas o problema grave da medicina contemporânea e que realmente tem muita importância é o seguinte: é que os medicamentos são lançados no mercado e podemos lançar, por exemplo a sacarina como um medicamento sem ter uma ação farmacológica, é um produto farmacológico extraído de substâncias químicas e vendido por laboratórios. Logo é um medicamento na sua idealização ainda que a expressão não seja medicamente correta.

Atualmente entre os laboratórios existe uma competição acirrada e permanente, de modo que os laboratórios não nos pedem para verificar as ações secundárias que muitas vezes são graves. Então os laboratórios não esperam essa verificação e quando vêm mesmo a conhecê-las — isto para a nossa — o positivo vem em letras grandes enquanto que o negativo vem quase sempre e despretensamente, em letras pequenas e os médicos, que também como todo mundo vivem muito apressados, não prestam muita atenção a isso. De modo que nem aquilo para o que se chama

a atenção é dada o deixam mesmo muitas vezes de ler.

— Não posso, entretanto, respondendo a pergunta da V. Exa., afirmar que a incidência de câncer tem aumentado no mundo, porque é uma série de dados que podem condicionar o estabelecimento do câncer. Um deles, entretanto, é positivo — hoje, há muito mais medicamentos.

— Há muitos anos eu seria um ancião, mas hoje, não sou, pois meus olhos me considero um ancião. Na infância quando tropeçavam um homem de 50 anos eles dizem, foi tropeçado um ancião.

— Montaigne era um ancião. O mundo atualmente vem progredindo muito no campo da saúde.

— Veja a minha cauleta, eu não afirmo que o medicamento cure e não afirmo que o medicamento faça mal, sem experiências.

— O Ilustre Deputado Brito Velho que é médico, sabe perfeitamente como é difícil em medicina, fazer afirmativas.

— Identicamente que a longo prazo qualquer substância química pode ser que faça mal.

— Em conclusão, não temos, clinicamente, elementos para julgar. Ninguém toma adocantes em doses maiores de cinco a dez por cento.

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Quanto à primeira parte, a explicação dada por V. Exa me satisfaz plenamente. O Senhor falou, à página dois, nas doses habituais da clínica. E fez uns acréscimos verbalmente.

— Eu queria saber o que o Senhor chama de doses habituais?

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — É uma pergunta que revela uma redação inadequada.

— Eu poderia ter feito outra redação, porque não há dose habitual no ciclamato. Uma pessoa que toma 10 ou 15 cápsulas, se tomá-lo com ciclamato tomará 3, 4, 5 ou 6 comprimidos por dia.

— Porém, um grande bebedor de café poderia ir até 30 a 30 comprimidos ao dia. Como não tem efeito calórico, o médico que faz o regime não restringe o café e, não tendo ele açúcar, portanto, poderá o indivíduo tomar quantos cafés quiser. Está assim se compensando, vamos dizer, da falta de mastigação, pois bebendo o café está distraído um pouco a fome.

— Não há dose habitual nas doses habitualmente tomadas, mas não chega a ser errada, sem ser precisa.

— O SR. BRITO VELHO (sem microfone)

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Estou compreendendo; estou tentando responder à pergunta.

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — No período imediatamente seguinte no que concerne à consulta a ser seguida pelo médico é de restringir ao máximo a terapêutica a fim de fazer o estudo dos movimentos, sobretudo nos três primeiros meses.

— Isso significa que o Senhor entende que se deve impor esse ciclamato sob prescrição médica?

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Estou falando de modo geral.

— Considerei o ciclamato como edulcorante sem ação terapêutica.

— O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Sou velho médico, se V. Exa me permite e comeci a minha vida, minha formação, calcada nos conhecimentos de um professor meu, Dr. Austregésio, que o Sr. Deputado Brito Velho deve conhecer.

— O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Do ponto de vista terapêutico nossa conduta não é correta.

— Era muito expressivo, aquele tempo, pensar-se empiricamente. Eu, que fui em serviço de pediatria, aqueles tempo vi muita má forma-

ção congênita e empregamos tratamento específico.

— Fui aos Estados Unidos e comeci a fazer minha atenção e para verificar como é adotado o ciclamato no campo da formação congênita. Depois vieram as viroses e isso há uns vinte anos, condicionando ao meio embrionário. Atualmente comecemos a pouco de embrionário, principalmente nos dois primeiros meses, e, de modo geral, os problemas não são raros. No Brasil, acusamos de imbecilidade, mas é um problema, um drama da população pobre — o abuso de medicamentos. Não compramos comida, não compramos fertilizantes, abusamos dos antibióticos, medicando tudo que por vezes produz reações secundárias graves, como também a abusos da anestesia. O abuso da terapêutica no Brasil, é a regra. De modo que eu reconheço que se preservava o mínimo ao doente, e só quando houver necessidade absoluta de medicamento. Mas também que não se passa fazer necessária, ou seja, nem o que por omissão quando a medicação abuso intempestivo nem a omissão.

— O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Em Genebra, houve um curso sobre as urgências de medicina. E o Prof. Martin foi encarregado de uma das aulas — o projeto Martin, acerca do que ele chama policlinica, porque a cátedra é de clinica médica e de policlinica médica — e realizou uma conferência — "Da urgência de nada fazer". No desenvolvimento dessa ideia, mostrou ele, como muitas vezes, o conveniente é a não intervenção, sobretudo enquanto não está esclarecido o diagnóstico. E apontava para isto a que se referiu V. Exa: muitos diagnósticos são quase que impossibilitados em virtude do emprego precoce, intempestivo de antibióticos, por exemplo, que destroem de tal forma o quadro que, depois, não mais pode ser feito o diagnóstico, a menos que a arduidade do médico seja grande ou ele se socorra de uma série de exames subsidiários. E a urgência de nada fazer era o tema mais indicado e foi entregue ao Professor.

— Mas, continua V. Exa.

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — V. Exa me permita, com licença do nobre Deputado, a esse propósito: estou inteiramente de acordo. No Brasil, não se entende o médico que espera para receber; na América, sim. No Brasil, um cliente que vai ao consultório ou mesmo ao hospital quer sair com uma receita na mão, seja do que for. De forma que, muitas vezes, o médico, com um diagnóstico formulado, faz algo na medida das possibilidades da clinica porque o mal é que hoje, no mundo inteiro. Quando houve o óbito, é conveniente se faça a autopsia, para verificar como são frequentes os erros da clinica.

— Mas, de qualquer maneira, agimos intempestivamente. Mascaramos o quadro clínico, prejudicando, muitas vezes, o doente.

— A propósito, recordo-me de um caso, quando fui diretor de uma companhia de seguros. Houve uma morte. Fêz-se o exame, para avaliar o risco. Três, quatro anos depois, procuramos saber a causa do sinistro. Então, muda de cor a pasta e o segurado vira sinistro. Escrevi uma carta ao médico. Este já não estava mais no lugar. Respondeu-me o "farmacêutico" — coloquei entre aspas porque era apenas o dono da farmácia — numa carta honestíssima, que guardo até hoje: "Doutor, desculpe-me. Quem atendeu o doente foi eu. Estava o paciente passando mal. Sentia muita coisa. Dei-lhe muitos remédios. Confesso, nesta altura, que não sei se morreu da doença ou dos remédios, mas tive de fazer alguma coisa por causa da família".

— Muitas vezes o médico age desta maneira intempestiva, impensada,

igualmante os laboratórios, para não perderem o lançamento antes dos outros. Como, inclusive, nos Estados Unidos e na Alemanha. Nesta ocasião houve o caso recente da telidomida. Não restava experimentação e longo prazo, experimentação de longa duração, experimentação de longa duração, experimentação de longa duração. Quem vende primeiro é o primeiro a ganhar. E a corrida comercial.

— O mundo hoje é uma competição, em que muitos vão, se quiserem, a ver o outro lado do produto. Acho mais curioso, mais curioso, mais curioso a especulação adequada das substâncias. Hoje, aqui, um parágrafo, na história médica do Brasil, em que produtos não eram vendidos no estrangeiro e eram vendidos no Brasil, sobretudo produtos franceses.

— Havia laboratórios estrangeiros que eram praticamente aceitos aqui, sem terem sido aprovados lá.

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Na página 3 V. Exa novamente fala em "doses habituais". A expressão deve ser entendida tal como V. Exa disse inicialmente?

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Exato. As doses médias seriam melhor entre 20 ou 30 comprimidos, que teriam, não sei, o peso de mais um grama e meio que não cresceriam nunca a 5 a 10% da razão alimentar que, experimentalmente foi prejudicial aos animais de observação.

— V. Exa que é minucioso, como bom jurista buscará um lapso na palavra.

— Na página nº 4 o Senhor escreve: "Encarado o problema, sob o ponto de vista da agro-indústria canavieira, verifica-se que é estatisticamente insignificante sua incidência percentual sobre o consumo total do açúcar".

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Eu me luto neste trabalho aqui e creio Vossa Excelência já o tem, é coordenado pelo Professor Mancel José Ferreira, que foi, largos anos, Diretor do Departamento Nacional de Saúde, Professor Catedrático de higiene da Universidade Fluminense do Estado do Rio, antiga Faculdade Fluminense do Estado do Rio, e dá 0,3%.

— V. Exa tem esse trabalho?

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Parece que não corresponde, não. Por enquanto nós já temos importados algumas centenas de milhares de dólares de edulcorantes artificiais e que esta porcentagem sobe de ano para ano.

— O que nós sabemos aqui é que os adoçantes artificiais são gradativamente importados em progressão quase que geométrica.

— Está aqui, à página 6: 0,36. Louvel-me neste autor, porque é homem sério. "No Brasil, essa taxa não alcança 0,36%".

— E aqui os adoçantes têm outros usos. Além de açúcar, são incluídos em pasta de dente e outros artigos. Não posso dar a proporção, que mesmo não sei. Posso adiantar o seguinte. O relator da Guanabara e Estados adjacentes, do Congresso de Nutrição no Recife, ficou de me fornecer os dados e posso lhe assegurar que até hoje não consegui obter esses dados.

— As estatísticas brasileiras são muito falhas. É muito difícil ter dados.

— Para dizer a V. Exa, os dados colhidos na Secretaria de Economia da Guanabara, a meu ver, carecem de valor, porque me dão um consumo mensal de carne igual ao de arroz e feijão juntos, o que, positivamente, não pode ser verdade. A carne custa muito mais caro o seu consumo é bem inferior ao de arroz e feijão juntos. E além da carne temos leite, ovos, peixe — então teríamos uma situação profética magnífica, o que não acontece.

— Isso num Estado que é uma cidade de encravada numa zona geo-econômica, uma cidade que foi Capital da República, que foi o centro da Nação. Até hoje não foi possível obter.

— Estou com duas ou três moças colhendo dados na SUNAB, na CORAL, mas até agora não me foram fornecidos esses dados e quando me derem eu confesso que vou examiná-los com cautela, usarei os cálculos dentro dos dados que obter mas evidentemente que esses dados serão aproximados, mesmo porque o peixe, por exemplo, que é vendido na Guanabara, o entressaio de peixe da Guanabara vendido para Petrópolis, para Juiz de Fora, para Bello Horizonte, enfim aqueles áreas todas, de modo que o consumo daquele peixe não é da Guanabara.

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Os dados que estou fornecendo a V. Exa nos foram fornecidos por um depoente, nesta Comissão.

— O SR. PROF. BENJAMIN ALBAGLI V. Exa sabe quais são esses dados, e quem os forneceu.

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA — Não posso dizer de memória porque o depoimento foi prestado há vários dias e foram muitos os depoentes mas lembro-me de que o depoente tinha ido verificar no Banco do Brasil, pelas importações.

— O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Em dólares posso dizer que a importação já ultrapassava a casa dos quatrocentos mil dólares.

— O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, temos no Brasil algum curso sobre as práticas diabéticas? O Senhor sabe disso?

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Que eu saiba não.

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Creio que deve ser da ordem de um milhão de pessoas talvez.

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — A obesidade é um dos diâmetros dos países desenvolvidos, é a outra face.

— O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Esta é a vantagem que o pobre tira do rico. Há uma série de moléstias que o rico sofre e o pobre não.

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Eu por mim preferia ser como Dom João VI, morrer com dois frangos na mão do que morrer de fome.

— O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — O senhor podia informar-nos se o açúcar tem alguma função no trabalho muscular?

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tem. Mas o açúcar, sob o ponto de vista metabólico, é considerado um elemento derivado dos hidratos de carbono e, como está no Relatório, que é apenas um resumo do problema, o que pesa na alimentação dos países eufemisticamente chamados em desenvolvimento é o excesso de carbono. Comemos muito hidratos de carbono e o ideal é comermos mais proteína.

— O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — Infelizmente, as proteínas não estão ao alcance do povo. Quando um médico fala em açúcar queimado, uma série de cielos especiais ao nível do músculo ou das células nervosas, ele realmente refere-se ao mono sacarismo.

— O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tenho a impressão de que, neste momento, nosso companheiro paulista o colega está até doutor na matéria e, na próxima reunião, ele poderá dar aulas sobre o assunto.

— O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — Tem função energética?

O PROF. BENJAMIN ALBAGLI — Tem.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — É possível substituir totalmente o hidrato de carbono na dieta, por gorduras ou proteínas, para função energética?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não, aí não. Entro na conclusão a que o nobre Deputado, meu ilustre colega, chegou.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) V. Exª vai me relevar a precisão da linguagem, porque sou bacharel.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Os hidratos de carbono constituem um grupo da polisacarina, das mais diversas procedências. Nós ingerimos hidratos de carbono com arroz, com os farináceos de modo geral, com as massas, os legumes também têm uma boa quota, assim como as frutas têm vários tipos de açúcar.

De modo que nossa fonte alimentícia de hidrato de carbono está em todos esses produtos e, em última razão, no organismo são metabolizados até a mono sacarina, que é a glicose. Sob esta forma é que o organismo utiliza até as reservas. Estas são muito reduzidas, mas a fonte de hidrato de carbono, até as reservas de polígonos que são muito reduzidas. Nós não temos, realmente, reserva muito grande. Utilizamos completamente. Mas, a fonte de hidrato de carbono é muito ampla.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) Pois não, V. Exª vai nos relevar, mas, estamos aqui nos ocupando do açúcar.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Do tipo de sacarose. A pergunta de V. Exª, se me permite, foi a respeito do hidrato de carbono.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) Eu perguntei se é possível substituir totalmente o hidrato de carbono da dieta por gorduras ou proteínas, para função energética.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Os hidratos de carbono não são açúcar. Nós, na dieta, devemos ter cerca de meia a uma grama de gordura e cerca de 6 a 8 grammas por quilo de peso, de hidrato de carbono. Isso dá uma cota de três mil calorias, aproximadamente, o que é suficiente, mas, de hidratos de carbono. Qualquer que seja a procedência da glicose, ela deriva, em última instância, do hidrato de carbono. Um velho e fluente médico francês, também conhecido do Professor Brito Velho, estabeleceu o princípio dos hidroglicósidos, ou seja, em última instância, todo alimento se transforma em glicose. Se o organismo não receber hidrato de carbono, vai utilizar proteína como glicose, mas é uma fonte de energia deficiente. De forma que é inadequada do ponto de vista biológico, do ponto de vista econômico e do social, evidentemente.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — E na fisiologia da célula nervosa e na atividade nervosa, de modo geral, o açúcar tem papel?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — O açúcar é usado para delimitar a quantidade de hidratos de carbono.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Nas funções hepáticas também tem?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Exª me permite, o açúcar representa um papel importante para as funções orgânicas de modo geral. Muitas vezes é mal conhecido o fígado, pois este é um laboratório metabólico complexo destinado a criar função congênita para elaboração da glicose.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Exª me permite é um adendo que faço.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Agradeço.

A resposta é absolutamente certa, evidentemente, mas o problema dos equívocos incide a nos, a meditação não propriamente particular, mas, numa reunião de intelectos o problema merece consideração. Realmente, recebemos regimes alimentares com alto teor de gordura, praticamente. Dentro do seu organismo, tem um consumo pequeno de hidratos de carbono, que nós não suportaríamos. É um enigma dos equívocos, que ingerem quantidades enormes de gordura.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Exª me permite, com licença do nobre Deputado, participei de um Congresso, um treinamento em que foi estudado o problema da Terra Nova.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível). Impossível apanhamento telegráfico.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não sei se é esquímio ou esquimau. Vou dizer, esquímio ou esquimau, com licença. Não sei se cometerei, neste particular, alguma cincada.

Recordando o assunto em tela, estavam eles habituados, como V. Exª disse muito bem, a comer praticamente os animais. Mas tinham um hábito que repugnamos, qual seja o de comer o animal inteiro. Isto é, com as vísceras e com o que continham as vísceras, entendendo como vísceras os intestinos repletos. Com isso, eles ingeriam quantidades enormes de muscos, pequenos vegetais que os animais criam, de modo que apresentavam sinais de aftosa.

Mas, quando a civilização chegou a Terra Nova, começaram a comer e a gostar do biscoito com o açúcar refinado. O açúcar refinado não é tão bom como o açúcar mascavo.

E outro problema do mundo contemporâneo, que poderemos reduzir em três palavras: retenção, fortificação e restauração dos alimentos.

Se me permitem e se o nobre Presidente consentir, direi que há muitos anos, através de um Deputado que reclinou à Câmara dos Deputados — Armando Falcão, apresentei projeto sobre o enriquecimento dos alimentos, que foi a lei de guerra número um dos Estados Unidos. O ato de guerra dos Estados Unidos foi o enriquecimento dos alimentos: retenção, fortificação e restauração dos alimentos — retenção, na tecnologia industrial de preparação, os tecidos nutritivos essenciais à alimentação; restauração, rependo aquilo que a tecnologia tinha diminuído, o enriquecimento ou fortificação, acrescentando.

Acho de bom alvitre — aqui, uma sugestão, ou se a Comissão me permitir — que se acrescentasse um valor industrial mais nutritivo ao açúcar, que se utilizasse o açúcar como fonte de enriquecimento de outras substâncias, como fonte portadora de quota de ferro, adicionadas algumas vitaminas. E finalmente que se fizesse um laboratório de promoção dos Estados Unidos, o programa de enriquecimento foi uma das grandes conquistas que a guerra proporcionou, pois os Estados Unidos são um conglomerado de pequenas nações independentes. Se em tempo de guerra a política faz uma lei de âmbito nacional com esta — a número 1 — o enriquecimento dos alimentos.

O açúcar e as farinhas, usados na América, podiam ser fonte de enriquecimento de alimentos no Brasil. Venderíamos mais açúcar.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, o uso do açúcar é capaz de produzir arteriosclerose coronária ou cerebral?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não.

Citei o caso do Professor Yudkin, da Universidade de Edimburgo. Esse professor começou a correlacionar a maior incidência da arteriosclerose, especialmente a incidência da cardiopatia coronária e do incremento de

consumo de açúcar na Inglaterra. Do comentou aparentemente com certa segurança. Aumentou o consumo de açúcar, aumentou a incidência de coronária. Primeiro: anteriormente, antes de 1912, ninguém fazia o diagnóstico de isquemia coronária. Ninguém sabia fazer. O sujeito que morria de coronária, morria de mal súbito.

Muitas vezes esse mal súbito confunde-se até com os males do aparelho digestivo, porque a dor é abdominal. De outro lado, como disse e V. Exª concordou, nós podemos correlacionar o aumento de enfarte com o decurso de 50 anos. Ele mesmo aqui está citado num trabalho de 67 que eu compulsei o original "To early e to say". É muito cedo para dizer que o açúcar de alimentação pode produzir a doença equânima da coronária, de modo que ele recuou.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — E ainda mais veja V. Exª não pude analisar este trabalho. Mas eu o pus de quarentena desde que tive notícias dele, exatamente porque ele atribuiu o mal ao açúcar, vulgarmente chamado açúcar, à sacarose. Ora, sacarose não existe normalmente no sangue. De modo que deveria ser a um dos monossacarídeos ou tinha que ser dextrose, ou a nebulose, uma galactose que em si, por causa da gordura do leite, penetra na torrente circulatória.

Ora, admitir que seja a glicose, de por si, um dos componentes fundamentais do organismo, não estando significativamente aumentada esta substância, seria muito discutível. Nesta hipótese, seria investigar, pelo lado da nebulose talvez. Mas nós sabemos que a nebulose é transformada em glicose, como V. Exª sabe, no organismo. De sorte que as primeiras referências que tive, que ali, quanto a esses trabalhos me puseram de quarentena, como disse há pouco, porque não pode ser ligado a priori, mas quando não se pode imaginar qual o mecanismo, através do qual a substância viesse a lesar o vaso, a gente fica logo em dúvida, quanto a isto. Ainda mais sabemos os que acompanhamos a Medicina, nesses últimos trinta anos, quanto novidade cada cinco anos surge. Quando Hoffmann, por exemplo, começou a fazer o seu trabalho com as famosas centrifugadoras, parecia que estava tudo resolvido. Naquela época eu morava na Europa e foi um susto que se ouviu em todo o Continente Europeu. Poje em dia os trabalhos de Hoffmann são simples referências quase de caráter histórico.

Uma das coisas que ainda está perdurando é o nosso bom colesterol. Parece que de fato há alguma correlação — veja bem, alguma correlação — entre as taxas de colesterol e arteriosclerose e essas mesmas são contestadas. Por exemplo, aquelas arteriosclerose experimentais, provocadas em certos animais mediante a ingestão de grandes quantidades de arteriosclerose, parece não serem, do ponto de vista patológico, lesões superponíveis à arteriosclerose humana, a começar porque são completamente reversíveis. Naquelas animais de experimentação, se se suspende, durante algum tempo mais ou menos prolongado, a ingestão do superabundância de colesterol verifica-se que há uma reversão, e no fim de algum tempo a parede vascular se manifesta mais ou menos íntegra, mais ou menos normal.

Por isso, querer atribuir a tal ou qual substância, a ação aterogênica é muito difícil e principalmente quando se trata de sacarídios, mas particularmente usando essa linguagem de sacarídios, sacarose, açúcar, isso não tem muito significado científico, apesar de um dos trabalhos dele nele que se ter sido publicado no "The Lancet" uma das revistas mais sa-

rias do mundo inteiro. Se não me enganasse esse trabalho aqui V. Exª conhece.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tenho outros citados aqui, o primeiro não li. Compulsei outro intitulado "Hipóteses e fatos".

Ele publicou uma série de trabalhos e, se V. Exª me permite — não para discordar de V. Exª, em absoluto, V. Exª foi muito claro, exato, estou inteiramente de acordo — o problema da arteriosclerose é muito grave, muito complexo, muito difícil.

Lá na Coreia, foi verificado que rapazes morriam em ação, ainda jovens, saudáveis, conscritos norte-americanos são saudáveis, com 52% de arteriosclerose. De modo que não é surpreendente que a pessoa morra com 30, 40 anos com esse problema. A gente fica surpreendida, mas não é para isso. E já vi um menino, caso virgem, 18 anos com o sintoma.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Essas observações feitas pelos americanos já haviam sido feitas pelos alemães, em 1918. Na Guerra 14/18 foram encontradas lesões com arteriosclerose coronária em indivíduos de 20 anos.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — O que é interessante notar é que durante a guerra diminuí tremendamente a incidência dos transtornos metabólicos. Reduz o colesterol, como fator predisponente de lesões cardiovasculares e condicionam um estado metabólico melhor, de tal sorte que estatisticamente é justificável uma redução da incidência do enfarte.

Podemos também verificar como os problemas médicos são complexos, mas o grande progresso da medicina, a meu ver, não foi da medicina mas sim devido, em grande parte, ao progresso da engenharia sanitária, saneamento básico, engenharia urbana, habitação adequada. O problema da alimentação é um fator fundamental nos tempos atuais, apesar da industrialização, e que oferece grandes vantagens. Podemos oferecer, durante o ano inteiro alimentos que só podíamos oferecer em determinados períodos. O homem contemporâneo, através de uma série de medidas diretas e indiretas, alcançou um grau de saúde bem mais elevado. Mas há uma série de problemas ainda em equação, que nós podemos identificar para responder à luz dos conhecimentos atuais. Isto é que é o fato. Nós, por exemplo, que já podemos nos considerar de meia idade, isto é, com mais de quarenta anos, quando temos livros do século passado deparando com doenças que não existem mais. Por exemplo, um tão elegante ser clorótico e anêmico, principalmente as moças do século passado, que todos os autores citavam a doença. É um tipo de anemia grave que surge no corpo que vive fechada dentro de casa, que não toma nem via o sol e nem fazia exercício. Essa doença desapareceu com o tratamento não foi condicionado ao progresso da medicina, foram progressos da condição social, princípios de vida.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — (Inaudível).

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, gostaria de formular ao senhor uma última pergunta: O calórico, as artérias podem substituir o açúcar nas funções energéticas e no seu papel sobre as células nervosas e o fígado?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não. Evidentemente não.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Professor, gostaria de formular algumas perguntas, entretanto isto será um pouco difícil, porque tantas já foram feitas foram as perguntas, particularmente as respostas e informações

prestadas pelo Professor, que eu não terei oportunidade de falar muito

Isto, aliás, dará muita alegria aos Membros desta Comissão.

Emerson certa vez que as suas melhores idéias lhe haviam sido furtadas pelos antigos pensadores. Eu quase diria que algumas das perguntas que eu deveria formular, a título de estímulo, para esclarecimento, em verdade, já foram formuladas.

Estou aqui no papel de Emerson e o Professor no papel de Aristóteles.

Seria inconcebível que V. S.^a pouco falasse, depois de tanto ter viajado. Quero ainda trocar algumas idéias com o eminente colega. Inicialmente, quero referir-me a algumas experiências em animais vivos, realizadas com camundongos no que se refere ao ritmo de crescimento e a situação dos rins no que diz respeito ao seu nascimento.

Pensa o professor que isto poderia transferir-se para o homem? Porque, em verdade, nem tudo que vale para o camundongo — e ainda bem — vale para o homem e nós que trabalhamos em laboratório sabemos, através da fisiologia, que as verificações nas animais não se confirmam no homem. Algumas coisas que dão resultado os animais não dão no homem. As próprias doses tóxicas com referência a animais são muito variáveis. Exatamente por isso não teria o direito de extrapolar e dizer que se no animal, no rato, no camundongo, isto acontecesse certamente isto venha a acontecer no homem. Entretanto, é um alerta, um aviso e daí a importância das experiências com os animais. Se algo acontece de mal com o animal é possível que aconteça no homem.

Por isso, Professor, eu gostaria de perguntar o que pensa V. S.^a a respeito. Parece-lhe que este dado, esta verificação na série animal deva ser origem de alguma providência especial quanto ao uso livre? Porque uma coisa é o uso sob prescrição médica; uma coisa é o uso de determinada substância sob orientação do médico e, outra coisa é o uso livre pelo povo, de tal ou qual substância.

Evidentemente, nenhum de nós admitiria que substâncias propriamente ditas medicamentosas fossem de ação farmacoterapêutica. Por conseguinte, pudessem ser usadas sem prescrição médica, como é a aspirina e similares.

Então, eu pergunto, em primeiro lugar: pensa V. S.^a que esta verificação deveria ter algum reflexo no uso indiscriminado dessas substâncias edulcorantes no homem?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Sr. Deputado e Professor Brito Velho, agradeço a honra que V. Ex.^a me confere em esclarecer sete pontos, nesta pequena monografia, neste questionário que está aqui respondido, e o foi com precisão, procurei, por certo, seguir um preceito latino: *pouca sed bona*.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Que era um velho princípio da terapêutica pouca porém boa.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Procurei fazer algumas das observações das muitas que li nas bibliografias já citadas e muitas que rouxei e que não estão citadas e ainda tenho, mas toda bibliografia compulsada revela que nas doses, com licença do nobre Deputado, nas doses habituais, considerando habitual as razões pouco ou muito que se pode tomar entre de 10 a 30 comprimidos corresponde, sob o ponto de vista de dose, às poucas que não chega a 1%.

Inclusive com injeções intravenosas, que correspondem com 5% do volume calórico.

De V. Ex.^a me permite discordar de interpretação. O rato é o animal que

mais se parece com o homem no comportamento, mas experimentalmente do ponto de vista da nutrição, para não fugir ao tema em foco, o rato é o animal que mais servia experimentação no campo da nutrição quase toda experimentação de substâncias nutritivas, utilizadas eventualmente nos animais e se refere ao rato pela sua vida curta, pela possibilidade de acompanhar várias gerações. Inclusive, nesse particular, um pouco fora do assunto — açúcar, mas dentro do problema — câncer, trabalhos sucessivos de várias escolas norte-americanas demonstraram que o crescimento do rato determinava nas gerações sucessivas o aparecimento do câncer, com incidência muito maior, estatisticamente significativa — e esta já é uma interpretação minha — mostrando que talvez uma das razões possíveis de maior incidência do câncer atual, além da longevidade mais alta se deve a que o homem atual cresce mais depressa, torna-se adulto mais depressa. Já no Velho Testamento há referência a que as mulheres do campo menstruavam mais tarde que as mulheres da cidade. Aquelas que tinham vida árdua amadureciam mais tarde, enquanto que a vida moderna, com todo seu conforto, permite uma alimentação balanceada, um amadurecimento mais precoce, e um envelhecimento celular precoce. A criança não é um adulto pequeno, as proporções são diferentes. Crescimento é aumento; e desenvolvimento é diferenciação de órgãos e de tecidos.

O rato que toma 5 a 10% de ciclamatos realmente cresce menos. Mas não há nenhuma referência, na literatura que compulsei, e que foi numerosa, a pessoa que nem experimentalmente tomasse tanto. O rato com 1%, que é dose muito superior àquela que qualquer pessoa pode tomar, não apresentou qualquer alteração. O paradoxo — e foi aqui citado — é que na taxa de crescimento reduzido, que chegou a ser de 30%, não havia nenhuma alteração histológica, onde a alteração celular foi, talvez, possibilitada — é uma interpretação que faço agora, em face da pergunta — a vantagem do diálogo é esta — talvez uma ação sobre glândulas, talvez sobre a hipófise, que é a glândula por excelência do crescimento, e, secundariamente, sobre a tireóide — eu não posso dizer.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Fez V. Ex.^a algum exame histológico?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Nenhum. Tanto que deveriam fazer, mas, se fizeram, não o publicaram. Deviam fazer outras experiências, verificar, determinar as causas dessa redução estatural, ponderal dos ratos observados. É um trabalho interessante, mas que não se aplica à espécie humana porque as doses que tomaram, como se faz experimental, são tremendamente superiores àquelas que qualquer pessoa poderá tomar em condições — com licença de V. Ex.^a — habituais.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. S.^a aborda um assunto muito importante: é exatamente o mecanismo através do qual doses tão altas de edulcorantes teriam podido impedir o crescimento. Pergunto: a absorção intestinal dos ingestos alimentares não foi modificada?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Eles fazem referência a isso mas não provam.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Não foram medidos, não foram pesados?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não! Realmente, a interpretação foi esta: tendo a mesma ingestão calórica e não havendo nenhuma alteração histopatológica, é de esperar que

ocorresse, que nada disso fosse observado. Mas na nossa triste medicina, que, às vezes, é tão bela. V. Ex.^a e todos conhecem muito bem o grave e perturbador campo atual, clássico, das perturbações mentais sem lesões orgânicas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Evidente. Ainda mais eu, que sou partidário dos gênios.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tratamos hoje dos doentes mentais. Há vinte e tantos anos conheci famosos médicos do Rio — conheci outros lá fora — como Méduna, que fez o eletrochoque pelo cardíaco.

Tudo isso mostra como o problema é complexo.

A literatura parece numerosa, mas sobre assunto tão complexo ela é pouca, escassa. Experimentalmente, poucos foram os autores que cuidaram do assunto.

Estou inteiramente solidário com a nobre Comissão, não só sob o ponto de vista econômico, pois é problema que aflige parcela apreciável da Nação, mas é problema médico que não está devidamente investigado, como o caso dos ciclamatos e dos edulcorantes, que têm largo consumo e cada vez maior no mundo.

Realmente há pouca experiência, há pouca observação de laboratório. Se considerarmos o uso maciço e crescente, não só no Brasil, mas no mundo inteiro — pelo menos no mundo ocidental. Vemos freqüentemente — e acredito V. Ex.^a o tenha observado — amigos, depois de um lauto almoço ou jantar, tomarem um cafézinho com sacarina ou com outro edulcorante.

E mais ainda, para exemplo, um amigo meu janta muito bem come uma torta com creme e toma um cafézinho com sacarina. Isto até parece piada do papagaio.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Vejo que a resposta que V. Ex.^a deu é realmente clara, minuciosa.

Outro caso também interessante. Quando uma mulher está grávida (e todos nós conhecemos a manobra de precaução existente durante esse período de gestação) a prudência que se deve ter no uso de medicamento para ela.

Essa prudência deve se estender também ao uso de edulcorantes, de adoçantes artificiais?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Geralmente, não é necessária muita prudência. Mas, dentro de um conceito mais amplo de precaução, entendendo que o ideal é a gestante comer o mínimo, o suficiente que lhe for receitado por um só médico.

Não sou muito entusiasta também dos medicamentos novos dados à gestante porque há tanta coisa que se sabe que não vale nada. Quanto aos primeiros medicamentos, nas primeiras observações feitas, com medicamento cruzado, em que os indivíduos tomavam uma pílula verde, uma cor de rosa, uma azul, uma amarela, e depois se verificava que o resultado de todas era equivalente, e os que tomavam açúcar, melhoravam também, hoje sou muito cético e cada vez mais, em matéria de terapêutica.

Considerando sob esse aspecto e considerando — acho que aqui não citei, eu escrevo tanto, perdõem-me, às vezes não sei onde escrevo certas coisas, e falo muito por força de necessidade profissional — hoje sabe-se que 5 a 10% dos doentes internados nos grandes centros médicos do mundo, o são em consequência de terapêutica mal conduzida. 5 a 10% são vítimas dos processos médicos de tratamento intempestivo, isto nos Estados Unidos onde o grau de formação profissional do médico é muito superior.

Mas ali se apura alguma coisa, aqui, como já dizia creio que Voltaire: "A terra come com freqüência, sem conhecimento de ninguém, os erros dos médicos".

Respondendo à pergunta de V. Ex.^a no caso específico da gestante — no caso geral do doente — que às vezes não é doente, vai ao médico fazer uma revisão e sai com receita enorme. Em ter coisa alguma, os médicos abusam do receituário sem necessidade clara, definida, de prescrever — o ideal seria que as pessoas se privassem de substâncias cuja ação eventualmente possa ser maléfica.

Não vejo nenhuma razão para o indivíduo andar tomando substâncias químicas sem valor nenhum apenas para dar sabores, como aliás se usa em toda indústria alimentícia, sou contra o amarelo da massa que não é do ovo, sou contra uma porção de aditivos que se usam e são aceitos aqui e contestados ali. *In dubio, pro reo*, não é *pro reo*, é *pro povo*. Vamos evitar que o povo possa tomar alguma coisa que eventualmente, a longo prazo, possa lhe fazer mal. Essa é que é a dificuldade: a longo prazo. O drama do médico é que não pode acompanhar.

Inclusive, na Rússia, dizem que há um Instituto de Genética — isto é muito importante — que é acompanhada em caráter de gerações. Nós não podemos acompanhar, num homem, a evolução do problema, porque nós morremos. Mesmo quando estamos acompanhando determinado assunto, morremos.

Realmente, a longo prazo, só uma equipe sucessiva, substituindo-se sucessivamente seus componentes porque ela morre, — para poder verificar, a longo prazo, certos inconvenientes de medicamentos ou remédios que possam condicionar o aparecimento de doenças, desde as degenerativas, até as nervosas ou metabólicas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Tão boas são as suas respostas, que acho que poderíamos traçar o que poderíamos chamar a política a ser seguida com referência a edulcorantes artificiais.

Quais parecem a V. S.^a as medidas a serem indicadas e não apenas indicadas, mas realizadas pelas autoridades competentes, com referência aos edulcorantes? Eu formulo agora e tenho formulado ao longo de todo esse inquérito, perguntas que evidentemente não formularia se estivesse falando como médico, mas aqui sou apenas membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, de tal sorte que muitas perguntas são feitas aqui para que constem dos nossos documentos e que possam ser usadas oportunamente; muitas delas não são para esclarecimento próprio mas sim para esclarecimento da Comissão, que não é composta de médicos e, mesmo se o fosse, tratando-se de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não deveria funcionar como sendo composta por especialistas em medicina.

Vou, entretanto, passar à pergunta que lá formular: Pensa V. S.^a que os edulcorantes deveriam ser vendidos apenas sob prescrição médica ou menos rigorosamente, apenas nas farmácias, sem prescrição médica, ou ainda serem vendidos em qualquer casa em que se comercializam os alimentos?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Procurando limitar a pergunta em 90% para termos 10% de natureza pessoal, mas em benefício da coletividade, faço mesmo um apelo a esta Comissão para que auxilie o Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara com uma dotação a fim de que possamos fazer uma investigação neste particular. E eu me comprometo a fazer uma investigação a esse respeito. E

respondendo à pergunta formulada, eu acho que os edulcorantes devem ser vendidos nas farmácias, mas sem receita médica.

É um produto químico, não é alimento, logo o local em que deve ser vendido é farmácia.

Os antibióticos também fazem mal, já vi muito recém-nascido com a dentina amarelada, porque as mães abusaram de antibióticos. Já vi muitos acidentes médicos graves.

Em muitas doenças, como a tuberculose e a sífilis, um dos maiores problemas é que o doente não toma remédio direito e de dez anos para cá essas doenças estão retornando, isto porque os micróbios estão insensíveis, já adquiriram resistência à ação terapêutica, estão formando resistência de anticorpos. A mosca, por exemplo, precisa hoje de doses maiores de DDT. Os problemas surgem em consequência da ação dos médicos inadequados, ou dos doentes. Ora, se o quadro, em linhas gerais, é este, é óbvio que não podemos, em consciência, limitar e ainda há pouco falava com o ilustre e nobre Senador, Presidente desta Comissão, o eminente Sr. Milton Campos, que na Guanabara, Cidade-Estado, ex-Capital da República, têm-se cuidados com a venda dos entorpecentes e dos psicótropicos, mas, nos arredores, que são as cidades satélites, cidades dormitórias, compra-se à vontade. Em torno da Guanabara o receituário é livre.

Pelo menos nos dava a idéia de que é uma coisa que não é para ser tomada de qualquer maneira. Que é para ser vendida em farmácias. Da idéia, até certo ponto, de que, sem ser medicamento, é alguma coisa que se aproxima do medicamento, que tem finalidade médica.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Seria um caso a desenvolver, que alguém despertasse para esse detalhe.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — A mesma coisa é o exemplo que vou dar. O sal de cozinha é desaconselhável nas condições exageradas em todas as partes que já chegam à idade de 30 ou 40 anos como nós. O cloreto de sódio não é vendido em farmácia, mas determinadas substâncias químicas, com gosto salgado, são vendidas em farmácias. Então, o exemplo é totalmente válido.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É interessante a observação de V. Ex^a.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — O exemplo é totalmente válido. Ninguém vende edulcorante em mercado, mas sim nas farmácias. Eu nunca vi vender medicamento, que fosse medicamento e que tem gosto de sal, em mercearia. É um exemplo de quem comprova a necessidade de ser vendido o edulcorante nas farmácias.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Nas pesquisas feitas, que tivessem utilidade nova, sem o que estas comissões não poderiam prosseguir, tivemos vários depoentes e, infelizmente, não damos notas aos depoentes, mas, se dessemos nota, eu lhe daria distinção, Professor.

Estou encantado com a exposição de V. S^a. Se eu pudesse dar nota a V. S^a daria *summa cum laude*.

Surgem agora, como dizia, alimentos preparados com edulcorantes, com adoçantes artificiais para serem usados por diabéticos. Como seria então? Seriam os doces, as compotas preparados com edulcorantes? Deveriam também ser vendidas nas farmácias ou poderiam ser vendidas nos armazéns com alguns cuidados que V. S^a nos daria a honra de sugerir?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — A pergunta é difícil de responder, pela

multiplicidade de tipos existentes no Brasil, que, ainda, existem nos Estados Unidos. Num desses livros que eu trouxe, que tive oportunidade de mostrar ao Sr. Senador Milton Campos, está a fotografia de uma vendinha dos Estados Unidos ao lado de uma grande mercearia. Essa variedade de tipos, na fase de transição em que estamos vivendo, mas que não é só no Brasil, porém no mundo inteiro — torna difícil caracterizar uma fórmula.

Parece-me fundamental — esse é um ponto que aqui está mencionado de passagem e que é importantíssimo nos Estados Unidos — que todos os alimentos tivessem nitidamente indicada sua fórmula.

E, às vezes, compro uma substância ou um medicamento em que não encontro exata e claramente apresentada a fórmula.

Esses doces deveriam ser vendidos para serem utilizados somente sob prescrição médica, cuja fórmula não tem hidratos de carbono.

Na América, por exemplo, há firmas que obrigam a isso. Nos devíamos ter — e aqui a sugestão que não fiz — eu achava que deve haver aqui uma Comissão Permanente do Senado e da Câmara no sentido de melhorar a alimentação no Brasil, inclusive com um aspecto que seria este, da obrigatoriedade de os alimentos terem expressa e claramente a sua composição a fim de que se soubesse o que se estava comprando. E quando o alimento tivesse finalidade dietética — há que pensar numa redação — traria: "alimento dietético", "indicação médica" e "para casos especiais". E, a seguir, dizia-se a sua fórmula. Então a pessoa ficava sabendo que aquele não era alimento para ser usado indiscriminadamente para adultos e crianças, e que tinha uma finalidade específica. Assim se evitaria o abuso de tal produto por pessoas mal informadas. Ainda ontem ouvi de um doente que a médica lhe havia recomendado, para engordar, o uso de vinho com água e açúcar. Ora, nada estraga tanto o vinho como acrescentar-lhe água e açúcar. Por isso tenho a impressão de que a fórmula seria chamar a atenção, de modo geral, para a composição dos alimentos e, no caso particular do edulcorante, este devia ser alimento especificamente indicado por médico.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Há o Decreto nº 61.149, que baixou normas técnicas especiais para fabricação e venda de produtos dietéticos. Esse Decreto entrou em vigor a 9 de agosto de 1967.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Ilustre Deputado, o prazo de 120 dias.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Ainda não foi regulamentado.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Deveria estar desde o ano passado.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — É e é respeitado por todos os fabricantes de edulcorantes artificiais?

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Por um deles. Os outros todos não têm indicações.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não é produto dietético; é produto químico.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — É defeito do legislador.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — No caso, do próprio Executivo.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não é produto dietético; é apenas uma substância química que não combate nada e que dá gosto doce e não é

açúcar, equivalente ao produto químico que dá sabor salgado e não é sal.

Não tem valor nutritivo, não tem valor vitamínico, não tem valor mineral, não tem valor algum. É substância química que, em contato com as papilas gustativas, dá sensação adocicada.

No Brasil, de modo geral, há um desrespeito. Primeiro: a higiene na indústria de produtos alimentícios; segundo: desonestidade na etiqueta, no rótulo.

O Abbott não pode colocar rótulo dizendo que é um produto que dá complemento dietético. Não é complemento. É substância química que dá sabor adocicado. Seria a maneira honesta de apresentar o produto.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Há dias, o professor Woiski, eminente pediatra paulista — que V. S^a deve conhecer — o professor Woiski, depondo nesta Comissão, relatou-nos que uma pobre senhora, tendo lido que uma gota correspondia a tantos grammas de açúcar, do ponto de vista da capacidade do edulcorante, essa senhora estava fazendo cálculos e modificando completamente o regime alimentar da criança, mantendo-a relativamente subnutrida, exatamente porque interpretara mal o que lera no rótulo do adoçante.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Ex^a me permite, interpretava ela o que estava escrito sem conhecimento maior, porque, na ignorância dela — e há tanta gente com "santa ignorância" por aí — pensou que equivalente fosse realmente equivalente. É equivalente no sabor que uma substância química pode dar.

É muito importante, no que concerne às substâncias que devam ser aplicadas, o que considero fundamental.

E acho que esta Comissão, ao concluirmos, deve se co-obrigar — não só neste caso, para não particularizar apenas um aspecto, mas no aspecto geral — a adotar providências no sentido de que honesto, claramente, concretamente, se analisem sempre as substâncias que estão sendo postas à venda. Realmente, não é complemento de produto dietético daí não se poder dizer que faça mal.

Citando o nome, por exemplo, do açúcar Vital, o açúcar Vital Brasil, aproveitando o nome próprio, dá impressão de um produto sintético, de um produto de açúcar superconcentrado, superótimo, vamos dizer de equidescência.

E o mais grave é a fórmula levada, motivada por interesse comercial, isto é certo. Induz, realmente ao erro sobretudo numa população como a do Brasil que, muitas vezes, se encontra distante de qualquer informação adequada. Quando moramos num grande centro, como no Rio de Janeiro, temos inclusive aviso, pelos médicos, sobre os produtos novos e sua eficácia. Eu tive colegas que me avisavam e V. Exas. também o devem ter.

Agora, o que está escrito na bula eu não discuto. O que mais faço, hoje, é duvidar primeiro. E vou observar depois. Vou com muita calma, não sou precipitado. Com medicamento novo vou com cautela sempre por causa dos efeitos secundários. Isto porque, para o exemplo, há evidentes desonestidades na formação de seus rótulos, como estou vendo aqui nos gráficos.

Realmente não tenho prestado atenção, vivo tão apressado, esta forma por exemplo: "Complemento dietético etc. etc." Deve, sempre, fazer referência ao médico ou à prescrição médica, ou mesmo que não seja obrigatoriamente indicado por médico, sem a expressão "produto dietético".

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sr. Presidente, não sei se é possí-

vel formular um pedido ao nobre deputado, de que, dentro de algumas semanas, nos enviasse uma sugestão escrita sobre a maneira como deviam ser indicadas tanto no edulcorante, como nos alimentos preparados com edulcorantes, essas citações reais referentes à natureza da substância.

Não sei se isso seria possível, mas seria uma excelente colaboração, como me parece deveriam ser os rótulos, tanto dos alimentos como dos refrigerantes em geral.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Agradeço sobremaneira o convite, que muito me honra, de V. Ex^a e prometo desincumbir-me da melhor maneira possível, em breve tempo.

Não sei se isto aqui é para mostrar ou para levar gostaria de ter as cópias para ver onde estão as falhas, para fazer uma apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — É tão valiosa a sua colaboração que o professor poderia levar o material e devolvê-lo com a sugestão.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Com todo prazer. Muito me honra a confiança e aceito a incumbência com muita satisfação.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sr. Presidente, para encerrar, eu queria, pessoalmente, e acho que em nome dos meus companheiros da Comissão, agradecer o depoimento que o ilustre Professor fez, porque realmente esclareceu uma série de problemas ainda relativamente obscuros e, ainda mais, trouxe sugestões de natureza concreta.

Esse é um dos problemas que me tem interessado e que me está a interessar muito. Não apenas o debate científico, a discussão científica, mas amizades para aquilo que neste instante denomino política a ser seguida com referência a este assunto.

O Professor pode sair convencido de que prestou um grande serviço a esta Comissão, conseqüentemente ao Congresso e ao povo brasileiro.

Não tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, mas vou tomar a liberdade de incluí-lo no rol, não dos meus colegas, mas até dos meus amigos — se é que permite tal designação, que deve ser usada, realmente, com muita cautela.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Estou sendo muito honrado com essa expressão de V. Ex^a.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É um homem de tais qualidades, que gostaria de frequentá-lo oportunamente. (Risos.)

Senhor Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Brito Velho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Encerrado o depoimento do Professor, quero prestigiar os agradecimentos já feitos pelo nobre Relator e pelo nobre Sub-Relator.

Realmente, V. S^a trouxe esclarecimentos excelentes e fez uma exposição de grande importância, abordando aspectos práticos do problema.

Os Deputados Pedroso Horta e Brito Velho, que têm autoridade para consagrar, já deram a V. S^a a nota classificando a sua exposição como excelente.

Era portanto, o que tinha a dizer, agradecendo mais uma vez a V. S^a.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — RJ)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AP)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 5º Suplente — Guido Mondim (ARENA — ES)
 6º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 7º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 8º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RJ)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos SO.

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

SUPLENTE

Arnold de Mello
 Domício Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guilford
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Alcysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermírio
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247
 Reuniões: Quartas-feiras à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valadarez
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

SUPLENTE

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnold de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valadarez
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 247
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloyzio de Carvalho

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Alcysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portia
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

Ayvaro Maia
 Leão da Silveira
 Benedicto Valadarez
 Arnold de Mello
 João Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portia
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaza
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valadarez
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Senna

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domício Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247
 Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Ayvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloyzio de Carvalho

Benedicto Valadarez
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portia

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres**SUPLENTE**José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmírioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela**SUPLENTE**Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela
Domicio Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim**ARENA****TITULARES**Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmírioSebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Vilela
José Leite
Domicio Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Ruy Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petronio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Benedito Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando de Sá
Arnon de Mello
José Cândido

Wilson Gonçalves
José Guimaraes
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrino Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Baibino

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Auréli Vianna
Oscar Passos

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórrès
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Paulo Tórrès
José Guimaraes
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga

MDB

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Oscar Passos
Mário Martins

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórrès
José Guimaraes

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrino Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

Paulo Tórrès
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimaraes
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy C.

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimaraes
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
José Guimaraes
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Ruy Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.